

---

---

## 14 – NO ÂMBITO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE

---

---

---

A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Esse papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso (POLANYI, 2000, p.55).

### 14.1 Ações de políticas públicas na produção social do agrário

Voltando à questão do espaço produzido em si, podemos dizer que os movimentos sociais rurais, no transcorrer da década de 1980, ganharam maior autonomia, sobretudo da tutela da Igreja católica. Todavia, a CPT/AC continuaria tendo participação efetiva, agora, na assessoria e no incentivo às organizações coletivas e comunitárias. Há, no contexto conjuntural das análises do final dessa década, um consenso de que os conflitos pela posse da terra e pelo domínio fundiário já era algo equacionado (PAULA, 2003). Iniciava-se uma fase de organização na qual os STRs direcionavam suas atividades mais para o âmbito de assistências aos seus sindicalizados e de fomentação de outras instâncias representativas, como o CNS e organizações cooperativistas e associativistas (SILVA, 1999; PAULA, 2003). As metas agora seriam criar mecanismos que promovessem a firmação dos camponeses sindicalizados e cooperados em seus territórios de vivência. Então, CPT/AC, STRs e outras instâncias representativas tornam-se parceiras na execução de tais projetos.

Já na década de 1990, os movimentos cooperativistas e associativistas demonstram a busca por trabalhadores já territorializados e também por encontrar outro caminho ao desenvolvimento agrário local. São ações que partiam das bases constituintes das organizações em busca de alternativa para atuarem sobre as deficiências das questões de mercado. Isso não excluía dessas ações as associações, cuja finalidade era a de se constituir também como espaço de reivindicações políticas por infra-estruturas sociais e pela produção (SILVA, 2002). Nessa expectativa, a *luta na terra* trazia como marca a busca por outras perspectivas de desenvolvimento. Nela buscava-se alternativas para além das que foram introduzidas nas políticas “desenvolvimentistas” pós-1970, pela frente pioneira agropecuária.

No início dos anos de 1990, forças políticas dos movimentos sociais, articuladas com posições partidárias progressistas, passam a ocupar maior espaço no âmbito da política estadual. Mais do que pela luta de classe, almejam modificar a situação pelo

confronto, mas também pela tomada do Governo estadual<sup>1</sup>. Com a vitória da FPA na eleição pelo governo estadual (1998), pela primeira vez após 1982 (ano da posse do primeiro governo eleito, pós-regime militar), houve um projeto que tanto abria espaço às representações dos movimentos sociais como para a firmação de mecanismos institucionais preocupados em obter governabilidade a partir de projetos que aí nasceram (como, p.e., através da instituição de uma linguagem própria, como tratamos na parte anterior).

Todo o projeto de luta foi redimensionado. As circunstâncias da resistência do trabalhador amazônico-acreano, o respaldo obtido pelas perspectivas de defesa da *floresta* e o projeto político para o estado marcavam novos momentos na reprodução do agrário regional, a partir de meados da década de 1990.

Dadas tais condições, então quais as impressões que os movimentos sociais trazem para a formulação e execução de políticas públicas no “Governo da Floresta”? No âmbito da busca de mercado, de políticas produtivas e de fomentos, há marcas dos legados da luta ou apenas formas de imposição? Por outro lado, será que as organizações coletivas rurais já deixam suas marcas no âmbito da sociedade? E, finalmente, será que existem possibilidades reais de ações recíprocas? Vejamos. A *luta na terra*, no final da década de 1990, já tinha expressão territorial na região amazônica-acreana. As relações entre os movimentos da luta e segmentos partidários da esquerda eram tão insignificantes a ponto de muitas lideranças dos movimentos sociais estarem à frente das articulações partidárias que formavam. Com a vitória da FPA para o governo estadual, as metas de expansão do associativismo e cooperativismo, como vimos, tornam-se parte dos planos políticos oficiais. Então, sob os ideais organizativos da *luta na terra*, montaram-se quase todas as políticas propostas para a *produção camponesa*<sup>2</sup> no Acre. Dessa forma, vemos dois processos como pontos fundamentais para as políticas de reestruturação e de apoio ao “agrário” estadual, que são:

#### ➤ Os pólos agroflorestais

Na reestruturação fundiária, a marca fundamental do “Governo da floresta” foi a expansão das propostas de implantação de pólos agroflorestais (já experimentadas em Rio Branco de 1992-1996) por todo o estado. Trata-se de uma proposta de assentamento de famílias de origem campesina (seja do *campo* ou da *floresta*), que, expropriadas de seus

<sup>1</sup> - Segundo PAULA (2003), isso marcaria as divisões internas ocorridas nos movimentos sociais. Após a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado, parte das lideranças ligadas ao Grupo da CONTAG migrou para o PMDB. Todavia, aquelas de maior expressividade no movimento sindical rural permaneceram na base originária do PT.

<sup>2</sup> - Salientamos que esses seguimentos sociais são tratados sob a ótica do conceito de “produção Familiar” (SILVA, J. G., 1999, 1999<sup>1</sup>; VEIGA, 2000, 2003). Esse conceito é empregado nos planos do “Governo da Floresta” e nos “pressupostos” básicos da tese da capitalização do “pequeno produtor rural” para a região.

territórios de vivência nas últimas três décadas passadas, migraram para as periferias das cidades acreanas. Portanto, são políticas que, além da finalidade produtiva, visam o retorno de pessoas ao *campo*, numa inversão das correntes do êxodo rural das décadas anteriores.

São formas de assentamento planejadas, considerando sua localização próxima de uma cidade ou via trafegável, potencialidades hídricas e pedológicas, assistência técnica, implantação de SAFs ou atividades hortifrutigranjeiras, organização comunitária e na recuperação de áreas degradadas através de reflorestamento. Do ponto de vista da legalização fundiária, promoveu-se uma nova mentalidade na política de assentamento, não baseada na propriedade privada e na titulação da terra, mas na valorização de seu uso com fins propostos – a terra pertence ao estado, sendo que as famílias assentadas têm a concessão de uso.

As áreas de implantação dos pólos agroflorestais devem preencher os seguintes requisitos: estar próximas do mercado de consumo; possuir uma infra-estrutura viária que possibilite o escoamento da produção; ter acesso aos serviços sociais indispensáveis (saúde, educação e energia); possuir recursos hídricos (igarapés, açudes, fontes) e solos propícios para a atividade agrícola, tendo sido antecipada e tecnicamente avaliada. Já foram implantados pólos agroflorestais nos seguintes municípios: Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Tarauacá, Feijó, Brasiléia, Eptaciolândia, Xapuri (dois pólos), Capixaba, Sena Madureira, Bujari, Porto Acre e Rio Branco (ACRE, Sd.<sup>2</sup>).

Há, contudo, pontos críticos, como p.e.: o tamanho dos lotes (de 3 a 9 ha.); a relação da produção efetivada sobre áreas semidegradadas, o que torna mais demorado o retorno ao trabalhador; a falta de identidade entre os grupos assentados, podendo dificultar a convivência comunitária; a imposição de uma forma de organização sem que haja maturidade política e coletiva dos assentados etc. Por outro lado, a importância é que aí se mostra outra possibilidade de assentamento, na qual a afirmação da propriedade privada é negada.

#### ➤ **Instrumental estatal de assessoria a produção**

As Secretarias SEATER/GP e SEFE (atual SEPROF) passam a dispor de setores ou departamentos especializados na questão do associativismo e do cooperativismo. As ações desses setores vão desde o incentivo, treinamento, formação e documentação das organizações, até assistência na elaboração de projetos, na comercialização de produtos, na fixação de parcerias e na viabilização de fomentos. Por outro lado, na busca de ampliar o alcance de mercado e incentivar a industrialização de produtos regionais, foi criada a ANAC (Agência de Negócios do Acre). Esta visa atuar empresarialmente, na assessoria de mercado, tanto às empresas coletivas como às privadas. Consoma-se então como uma estrutura básica que busca maior funcionalidade, em especial na comercialização dos produtos regionais.

Voltando à questão geral, vemos que sem dúvida o Estado cumpre seu papel de gerenciar as dinâmicas produtivas geradas. Então, há uma viabilização da comercialização das organizações que possuem expressão territorial, porém ainda não têm estrutura para agir em escalas mercantis mais diferenciadas. Isso é o que mais se espera do Governo, em especial numa situação em que, ainda que parcial, há “raízes” deste nos movimentos sociais. Por outro lado, temos de considerar que se está governando um território (no sentido político do termo) que contempla outros setores produtivos, como o da iniciativa privada. Então, houve avanços e crescimentos recíprocos.

Todavia, como já tratamos, também há possíveis atrofiamentos, de forma que o longo processo, ou melhor, os caminhos percorridos pelos movimentos sociais, gradativamente, foram perdendo lugar para essas ações oficiais do Governo Estadual. As finalidades de realização de metas políticas governamentais têm se sobreposto à maturidade do movimento, fazendo praticamente desaparecer certos trabalhos de horizontalização da *luta na terra*, p.e., na criação de novas associações pelas próprias comunidades. Há, portanto, uma latência dos movimentos sociais, acomodados sobre a ação de políticas de “assistências” ou de cooptação do sentido da luta. Daí uma aparente acomodação das forças sociais agrárias que, devido à política do governo, perdem parte do sentido da luta como faces dos confrontos de classe, voltando-se mais para ações assistenciais (nos STR) e produtivas/comerciais (nas cooperativas e associações).

Desenham-se indagações que nos ajudam a entender melhor esta situação. Há certamente uma necessidade de apoio efetivo do poder público em certas instâncias da vivência dos trabalhadores familiares. Então, até onde esse apoio não se torna um empecilho ao movimento? Onde fica a autonomia das organizações? Encontraremos significados de reciprocidade, mas também da formação de mecanismos de imposição, no contexto de um projeto de estado reformista. Não serão contempladas dimensões dos confrontos das lutas, nas quais se desenhavam os projetos de vida dos movimentos sociais que, embora com certas limitações, ainda tinham como meta a transformação da sociedade (p. e., da *luta pela terra* como instrumento do domínio coletivo da terra nas RESEXs e PAEs, ou das *associações* com o domínio coletivo do beneficiamento e comercialização da produção).

#### **14.2 Estrutura de apoio às organizações e à comercialização.**

Toda esta tomada de posição do Governo Estadual tem sido formalizada, com certa aquiescência, ou pelo menos com uma certa aceitabilidade, pela maior parte dos movimentos sociais agrários. Mas como foi estruturado este aparelhamento de apoio às

organizações coletivas no Acre? Certamente, não podemos tomar isso como um fato qualquer, mas colocado no contexto de significados e significantes que estão impressos nas propostas de desenvolvimento do “Governo da Floresta”. Portanto, será necessário complementar um pouco mais sobre essas bases de apoio montadas.

Na estrutura de apoio do estado, há papéis institucionais definidos. Assim temos: a SEICT (Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Turismo), que é a instância de difusão do grande processo comercial industrial; a SEFE (atual SEPROF), que deve voltar suas ações aos produtos e produtores extrativistas e florestais; e a SEATER, que procede nos mesmos patamares da SEFE, mas com relação aos produtores agrícolas.

Portanto, esse apoio é caracterizado por uma base identificada que não necessariamente está voltada às organizações coletivas. Há, sim, uma preocupação primordial em atingir metas do setor produtivo em geral. Porém, define-se também atuações como parte de ações instrumentais para diversificar e dar vazão à produção. Noutras palavras, busca-se desenvolver ações que aumentem a variabilidade de produtos e viabilizem a circulação das mercadorias regionais. Considerando tais metas, podemos caracterizar a seguinte formalização de instâncias de apoio em duas vertentes de ações:

➤ **Instâncias de apoio à produção e à comercialização coletiva local**

Aqui entendemos aquelas que se vinculam a uma secretaria estadual, como estrutura de setor ou departamento especializado: o Departamento de Comercialização da SEATER e o Setor de Cooperativismo da SEFE (SEPROF). No que se refere a sua atuação viabilizando mercado, estão mais ligados ao tratamento da preparação e formação das organizações em ações restritas às escalas estadual e regional.

O Departamento de Comercialização da SEATER-GP está voltado para o apoio aos produtores agrícolas na produção de farinha, milho, arroz e feijão. Formalizaram-se os propósitos de atuação no processo de capacitação, de busca e divulgação de informações e na construção de uma rede comercial das organizações coletivas, o que até 1998 era ainda apenas formal. Nesses anos iniciais, atuou especialmente promovendo o conhecimento interno entre as diversas organizações coletivas. Todavia, aqui não tem poder de aquisição da produção, e não há um capital próprio disponível para transações comerciais. A atuação do departamento vincula-se à constituição de uma instância de assessoria às cooperativas e associações, numa edificação de propostas de comercialização nutridas por uma lógica mais solidária, participativa e coletiva. Daí, aparentar uma certa impropriedade do nome.

O Setor de Cooperativismo da SEFE (atual SEPROF) também possui um departamento de comercialização que trabalha com algumas ações. Funciona com objetivos

de: organizar a produção extrativista; promover diversificação de produtos; incentivar e instituir novas associações e cooperativas de produtores da floresta; viabilizar treinamentos e formação dos camponeses florestais para a produção e organização coletivas; e atuar no reforço à comercialização e ao beneficiamento de produto, efetivando ações de incentivo para o trabalho com produtos extrativistas como a castanha, a borracha e o óleo de copaíba.

No entanto, há organizações que, como vimos, atuam com produtos oriundos de atividades agrícolas e extrativistas. Nesse caso, os departamentos das secretarias e até a ANAC podem atuar juntos, às vezes intercalando-se na orientação desempenhada. No entanto, como nos informou um dirigente do departamento de comercialização da SEATER-GP, há também sobreposição de ações e “tem hora que tudo se mistura: nós fazemos logomarca, a ANAC também faz, nós damos treinamentos aos produtores, a ANAC também tem dado”. Então, aí se forja condições para pensarmos uma estrutura unificada de apoio às organizações coletivas? Acreditamos que sim, desde que esta esteja baseada em ações que perpassem pela formação política, pela busca de parcerias e pela comercialização de produtos, em ações compartilhadas entre o poder público e os movimentos sociais.

➤ **Instância de difusão comercial em diferentes escalas de mercado**

Nesse aspecto, referimo-nos exclusivamente à ANAC, como instância de viabilização de mercado em escalas mais diversificadas. Esta se caracterizou como agência de negócios voltada para a livre iniciativa (privada ou coletiva), na sua promoção e no apoio geral, assim como na atração de novos investimentos.

A ANAC surgiu num contexto de divulgação dos produtos com a finalidade de atingir mercados externos, isto é, *um mercado maior*. Sua idealização ocorreu no âmbito do atual governo, como um projeto da Secretaria de Planejamento. Dado que a iniciativa privada no Acre ainda é fraca, havia a necessidade do Estado atuar na viabilização desse setor. Então a agência foi constituída como uma sociedade de capital misto, sendo que o estado detém 51% do controle e 49% é destinado à iniciativa privada. Basicamente, pode-se dizer que é o “braço do estado” dado ao desenvolvimento da livre iniciativa, tanto no incentivo à instalação de indústrias como na viabilização de mercado para os produtos locais. Define-se também como uma agência não restrita setorialmente às empresas que atuam com produtos florestais ou agrícolas. Estas podem ser diversas, desde que atinjam os critérios de “produção sustentável”, em que seus propósitos de atuação “não agredam o meio ambiente”. Isso significa que a empresa pecuarista, p.e., não está descartada dessa atuação, “até porque o ZEE/AC define áreas próprias para a referida atividade e a carne é também um produto do estado que tem lugar no horizonte”, nos explicou a Gerente Dirlei Bersch (2002).

Nesse primeiro período de atuação, foi feito um estudo que identificou os produtos de maior potencial de mercado no Estado. Então, por ordem de prioridade, estabeleceu-se a castanha, o palmito e a farinha-de-mandioca como os primeiros a serem trabalhados. Mais recentemente, tem-se incluído também o trabalho com produtos como o guaraná e outros de caráter artesanais como: os doces tropicais (bombons de cupuaçu, biscoitos de castanhas); o sabonete de murmuru (à base de óleo da planta, nativa da região); e ainda os trabalhos de marchetarias e as jóias e bijuterias da Amazônia (Quadro 11) .

**Quadro 11:**  
**Ações da Agência de Negócios do Acre – ANAC, para 2001-2002**

<b>Produtos</b>	<b>Empresas</b>	<b>Localização</b>
Castanha do Brasil	➤ <b>COMPAEB</b> – Cooperativa Mista de Produção Agropecuária e Extrativismo dos Municípios de Brasília e Eptaciolândia. ➤ <b>CAEX</b> – Cooperativa Agroextrativistas de Xapuri Ltda.	➤ Brasília ➤ Xapuri
Guaraná	➤ <b>Guaraná</b> – Imp. E Exp. Guaraná Orgânico da Amazônia ➤ <b>Guaranáguas</b> – Bebidas Cruzeiro Ltda.	➤ Cruzeiro do Sul
Farinha de Mandioca	➤ <b>CASAVAJ</b> – Cooperativa Associações de Seringueiros e Agricultores do Vale do Juruá.	➤ Cruzeiro do Sul
Marchetaria	➤ <b>Maqueson P. da Silva</b> – ME	➤ Cruzeiro do Sul
Sabonete de Murmuru	➤ <b>Tawaya</b> – Fábio F. Dias – ME	➤ Cruzeiro do Sul
Palmito	➤ <b>Vereda</b> – Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios. ➤ <b>Bonal S/A</b>	➤ Rio Branco ➤ Senador Guimard
Jóias da Amazônia	➤ <b>Farias &amp; Farias</b> (César Farias)	➤ Rio Branco
Bijuterias da Amazônia	➤ <b>Bijuterias da Amazônia</b>	➤ Rio Branco
Doces regionais	➤ <b>Doces Tropicais</b> – Carvalho A. Ltda.	➤ Rio Branco
Artefato de madeira	➤ <b>AVER da Amazônia</b>	➤ Xapuri

**Fonte:** ACRE, 2001.

Assim, a agência, após definir todo o seu setor jurídico como uma sociedade de economia mista, tem-se afinado também com as necessidades de pequenas empresas e cooperativas na produção, no controle de qualidade e em estratégias para acessar o mercado. Efetivam-se trabalhos no desenvolvimento de novas embalagens que tenham maior apelo atrativo (quase sempre com uma estética baseada em símbolos representativos da região e informações sobre o produto). Essas embalagens, como se dirigem ao mercado em diferentes escalas, trazem informações em português, espanhol e inglês. A primeira porção foi lançada em abril de 2002, junto ao lançamento da própria agência. Com isso, tem-se buscado agregar o máximo de valores ao produto e alcançar mercados mais distantes (Figura 4).

**Figura 4:**  
**Produtos regionais em embalagens desenvolvidas pela ANAC, 2002**



Fonte: ANAC, Sd.

Com tais considerações, agora voltamos à questão das organizações coletivas. Então, o que a instrumentalização da produção e circulação pelo Governo do estado implica sobre as organizações coletivas e comunitárias? Primeiro, temos de considerar que a estrutura administrativa do “Governo da floresta” tem uma expressão governamental capaz de exercer poder de pressão sob diversas formas e estratégias. Em seu projeto de desenvolvimento, perante seu poderio sobre a sociedade, este Governo tem gradativamente deslocado, no âmbito da questão agrária acreana, o enfoque da *luta e confronto pela terra e na terra* (no seio dos movimentos sociais) para o *problema do desenvolvimento do lugar*. Nesse caso, claramente sob o discurso de uma possível “harmonização” da situação perante a modernização das relações de produção. Isso ocorre, em especial, com a instrumentalização de um espaço representacional constituído por símbolos e signos socioambientais (como tratamos no capítulo 13). Todavia, no âmbito do movimento da *luta na terra*, isso tem deixado impressos mecanismos de alienação aos sujeitos sociais, perante as metas de avanço na construção e firmamento de projetos de vida e de autonomia sociais e produtivas.

Isso é explicado pela capacidade de pressão estabelecida pelo poder estatal, perante a pouca força dos movimentos sociais. Então, os aspectos da luta de classes perante os conflitos inerentes à sociedade em que vivemos, em face de um projeto de governo que



admite parcerias e co-responsabilidades sobre projetos coletivos (já iniciados ou ainda para se iniciar), também ficam camuflados sob efeito de políticas conciliatórias. Então, o poder de coação se estende sobre a sociedade, atenuando o conflito, mas corroendo as territorialidades dos sujeitos sociais organizados em movimentos de luta e de resistência. Isso não tem ocorrido apenas do ponto de vista vivencial camponês, mas em seguimentos sociais diversos, em que há a troca dos *valores de um projeto de vida coletiva* por *valores de um projeto proposto pelo governo* sob o signo *ideológico do desenvolvimento sustentável*.

A respeito disso, quando questionamos o Sr. Sérgio Lopes, ex-dirigente do Projeto RECA e atual chefe do Departamento de Comercialização da SEATER/GP, este nos explicou:

O grande problema nosso é a fragilidade das organizações cooperativas e associações. Isto vem da pouca tradição nesse tipo de organização por parte de nossa população trabalhadora e da falta de capacitação para tal. É uma capacitação diferenciada, por que nos moldes de fora não dá para preparar o pessoal no desafio da união, na organização de todo o processo produtivo. Feito isto, teremos que se considerar que na Amazônia o associativismo e cooperativismo têm que ser diferente. Este deve ter outras bases de práticas, diferentes, próprias da nossa região, mas temos que ter coragem para tal. Para fazer isto temos que ver o primeiro passo é a educação do nosso pessoal. As universidades tinham que estar colocando jovens que estão saindo para trabalhar em estágios junto a estas organizações. Assim, o produtor organizado, por exemplo, ficaria com a gestão política do processo e estes profissionais tecnicamente capacitados contribuiria na junção entre o técnico e o político. Então poderia começar a caminhar mais facilmente.

Embora os apontamentos entrevistados sejam muito pertinentes, ao nosso ver, há fragilidades tanto das forças governamentais como nos movimentos sociais em si. A dificuldade está em promover a geração de alternativas de trabalho em que o poder de *pressão* possa ser substituído por relações participativas/interativas de um projeto de edificação de maior autonomia, ao invés de sobreposição e domínio. Ademais, quando falamos disso, não entendemos que o estado não deva ter uma atuação efetiva nesses níveis. Numa sociedade capitalista como a que vivemos e na qual de imediato não vemos, horizontes de transformação em curso, ao contrário, vemos reformas, o Estado tem um papel sim. Mas tem que gerenciar conflitos, e atuar nas contradições, caso contrário esbarram em papéis paternalistas, típicos de governos populistas em que não se educa, mas se aliena a sociedade.

### 14.3 Para ir ao mercado

De uma forma geral, já apresentamos o instrumental de apoio e estabelecemos críticas ao processo em si. Agora vamos aprofundar o sentido da mercadoria local, perante o mercado e as ações dos agentes promotores e até os efeitos sobre os produtores.

A ANAC, no âmbito das estratégias montadas pelo “Governo da floresta”, é o elo mais forte que busca travar essa “batalha” para garantir lugar no mercado aos produtos regionais. Nesse sentido, para ir ao mercado, tende a instrumentalizar mecanismos que permitam, além da preocupação com a qualidade e com a estética, também se munir de condições que tornem mais *eficiente* (esta é uma palavra-chave nesses discursos) a circulação da mercadoria. Daí, então, ter se iniciado o desenvolvimento de uma página na Internet – “www.negociosdafloresta.com.br” – (em meados de 2004 ainda não estava operando). Outra ação para viabilizar o comércio, conforme nos informou a gerente da agência (2002), seria efetivada com a abertura de um escritório de venda e distribuição num centro maior - seja em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Brasília, “por uma questão logística, pois Rio Branco é um pouco contra-mão para fazer entrega”; esse escritório viria facilitar o envio da mercadoria onde fosse solicitada. Para colocar essa estrutura a funcionar faltaria uma avaliação de quantidade de produção para expor ao comércio, pois as vias para efetuar a venda tem sido estabelecidas por contatos, “em nível nacional e também internacional”, através da participação em feiras de divulgação dos produtos amazônicos<sup>3</sup>.

Como as mercadorias não podem ir ao mercado sozinhas, ou melhor, não podem se fazer conhecidas sozinhas, constrói-se aí mecanismos que poderão levá-las onde houver demanda para tal. Em geral, criam-se demandas por apelos simbólicos (ecológicos e sociais) que nelas são rotuladas, pela exposição de composição nutricional etc. Dada a incipiência do processo produtivo, há uma predominância de produtos nos gêneros alimentícios, o que tem sido considerado potencialidade produtiva do Acre. Nessa busca de mercado, explicou Dirlei Bersch (2002) que, atualmente, já colocaram amostras em centros nacionais como São Paulo e Rio, e internacionais, em países como EUA, Itália, República Dominicana e China; em todos, houve boa aceitação dos produtos. Explica ainda que “em tudo isso, nós trabalhamos com a parte de assessoria na embalagem e comercial, porque cada empresa continua fazendo seu comércio tradicional”.

---

<sup>3</sup> - Cabe salientar que, no início do ano de 2004, a ANAC ainda estava com parte de suas atividades reduzidas por questões internas de ordem política e financeira, inclusive com a paralisação na produção de embalagens.

No que se refere a esse comércio próprio de cada organização, notamos que as cooperativas têm também buscado com certa intensidade operar com *eficiência* (isto é, agindo de forma a otimizar ações produtivas e comerciais que produzam melhor efeito para seus ganhos). Assim, p.e., a CASAVAJ, com uma produção de farinha que, como vimos, varia mensalmente entre trinta e trinta e cinco toneladas, têm conseguido colocar o produto, inclusive em mercado europeu (italiano), na ordem de aproximadamente quarenta e cinco toneladas no ano de 2001. A CAPEB/COMPAEB foi apontada pelo Instituto de Pesquisa Alimentícias da Nutrimental do Paraná como a empresa que produz a castanha-do-brasil de melhor qualidade encontrada no país. A isso, explicou uma liderança cooperativista ao *Jornal Produtos da Mata* (2002): “nós temos buscado mudar de acordo com as expectativas do mercado, respeitando o homem do campo e tem dado certo”.

Na questão de viabilizar o mercado colocado sobretudo pela ANAC, tendo as embalagens realmente um padrão estético muito atrativo, percebe-se que há um custo sobre o preço geral da mercadoria. Aí, no tocante aos produtos alimentícios, haverá produtos embalados para atender o público em geral (com menor custo adicional), mas há também aqueles que o custo da embalagem pode auferir aumentos muitos consideráveis – são os *souvenirs* – p.e., a castanha-do-brasil embalada e farinhas de mandioca embaladas em frascos metálicos artisticamente desenhados (Figura 5).

**Figura 5:**  
**Aspectos das embalagens da Farinha-de-mandioca da CASAVAJ, 2002**



Fonte: CASAVAJ, embalagem do produto. ANAC, S.d.

A gerente da ANAC explica da seguinte forma:

Queremos que as pessoas que visitem o Acre possam levar do estado algum produto autêntico da região para presente etc. Já a questão do preço está relacionado à quantidade de embalagem produzida, quanto maior menor será o custo individual e quanto menor maior será o custo. A questão do mercado local, por exemplo, no caso da farinha a embalagem é um refil que custa caro, mas depois é só recarregar. A castanha embalada se comparada com o preço de outras amêndoas vindas de fora não é tão caro como parece. Ademais, já temos comprovado que a aceitação do público local é muito boa, apesar da diferença de preço. Portanto, depende de regular com uma produção maior e mesmo com esse preço há uma procura. Por outro lado continua tendo os produtos noutras embalagens. Tem público para ambas embalagens diferentes.

O que isso pode interferir na circulação dessas mercadorias? Vemos que o perigo maior é consolidar o mecanismo de segregação no consumo de produtos locais da região, ou seja, produtos com padrões comerciais que não serão mais acessíveis à grande maioria da população local. Então, a mercadoria das cooperativas se consolidará como bases comuns do que é vigente no mercado respondendo às demandas externas, mas sem a autonomia e a solidariedade que deveria nortear os *negócios coletivos*. Claro que seria um raciocínio pueril nosso imaginar que podem atuar no mercado em plena solidariedade! Não esperamos isso; apenas defendemos a necessidade de que o *negócio coletivo*, mesmo na externalização de sua produção, seja ousado em não atuar somente em causa própria de seus ganhos; seria a partir desse caráter ousado que poderíamos vê-los com principiantes na construção de outro mercado, como já mencionamos, o *mercado solidário*<sup>4</sup>.

Então, considerando a realidade de um projeto coletivista ao buscar espaço numa sociedade regida por princípios individualistas e competitivos, temos que concordar com o Sr. Sérgio Lopes (2002) quando, em entrevista, nos disse que,

---

<sup>4</sup> - Não vemos possibilidade de uma sociedade ausente de mercado. Assim, concordamos com a explicação de Polanyi (2000, p. 76-77), de que “a permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação”. Então esse “padrão de mercado relacionando ao um motivo peculiar próprio [...] é capaz de criar uma instituição específica, a saber, o mercado”. Assim, prognosticando, um *mercado solidário* seria princípio para uma transformação socioeconômica norteadas pela solidariedade, em que a economia ficará “embutida nas relações sociais” (Id Ibid), daí a sua auto-regulação social, quando sua base na sociedade também é de solidariedade e cooperação.

Ao entrar no mercado o problema não são as regras que estão aí, mas diria que é por causa da educação que as pessoas possuem. Nossa educação é bastante individualista, não temos uma educação para o associativismo e cooperativismo. Nunca sai da minha cabeça aquela frase de Martin Luther King: “aprendemos a voar como os pássaros, a nadar como peixes, mas não aprendemos a viver como irmãos”.

Vemos que, para ir ao mercado, mesmo sem estabelecer as bases de solidariedade, tanto as organizações como o aparelhamento feito pelo Estado terá que atuar no sentido de: melhorar o padrão de higiene; criar estruturas de conservação do produto logo depois da colheita e/ou beneficiamento; regularizar a quantidade e qualidade de produtos etc. Como vimos, já se tem sido feito alguma coisa, mas que às vezes param em hábitos da *cultura local*, da pouca visão coletiva ou na instrumentalização politiqueria que fazem. Notamos isso em situações corriqueiras, tais como: mesmo tendo sido construídas as casas de farinha (pequenas indústrias de beneficiamento da mandioca), às vezes os trabalhadores vão trabalhar e esquecem a porta aberta, permitindo a entrada de animais e até de insetos; ou ainda, como observávamos em uma reunião, na zona rural de Cruzeiro do Sul que, embora o local estivesse provido de bancos para sentar, as pessoas optaram por sentar sobre as sacarias de farinha (sacos muito brancos e limpos), que estavam aguardando transporte para a cidade. São hábitos pequenos, mas comuns e difíceis de serem modificados.

#### **14.4 Os sistemas produtivos agrários locais perante o mercado**

Ademais, perante as questões de mercado colocadas, há muitos produtos que já apresentam boas perspectivas aos camponeses produtores, sejam no *campo* ou na *floresta*. Nesses processos, há realmente reflexos das políticas de alinhamento da produção com o mercado nos principais sistemas produtivos agrários locais? Pelo que vimos, a resposta seria sim. Então teríamos condições de aí entender que já se desenha um projeto *rural* cuja *vocação produtiva da região se define*? Já aqui, para respondermos, é necessário refletirmos sobre o sentido da produção florestal nos anos de gestão do “Governo da floresta”.

A história da formação política e territorial do Acre e áreas circunvizinhas, como já vimos, esteve ligada à produção econômica e social da floresta. Os processos introduzidos na década de 1970 com a fronteira agropecuária implantaram mudanças radicais no âmbito da produção e no uso rural do solo ao qual a floresta se colocava como empecilho. Os conflitos se acirram, sobretudo como reação dos moradores da floresta. Porém, de qualquer forma, as atividades agropecuárias que até o final da década de 1960 estavam se

iniciando (apesar de já existirem desde o início do século na região), ganham espaço e chegam na atualidade como um segmento produtivo de peso na produção do “rural” e na economia agrária local.

Nos anos seguintes, acreditou-se que, sendo a floresta desprovida da possibilidade de produzir economicamente, exceto quando submetida à exploração madeireira (predatória) e a pouca viabilidade de atividades agrícolas mecanizadas (pela característica pedológica, preço da mecanização agrícola e distância dos mercados centrais do país), a vocação natural da Amazônia seria a pecuária. Há, todavia, vários pontos que nos levam a ver o porquê isso não é verdade, considerando uma série de questões: os problemas oriundos dos desmatamentos desenfreados; os reflexos da estrutura agrária nacional, reproduzidos na região (concentração de terra e expropriação camponesa); o fracasso regional de muitos projetos agropecuários; a resistência e a luta da população local; as pressões internas e externas contra o desmatamento; o peso que ganham as questões ecológicas e ambientais a partir do final do século XX; e a geração de alternativas produtivas na floresta.

Apesar disso, com o documento da ZEE/AC (2000), definiu-se que há um zoneamento possível do uso pecuário da terra no estado. Assim, as atividades já instaladas no estado terão lugar produtivo no espaço agrário, desde que obedeçam às aptidões econômicas e ecológicas do estado. Por outro lado, houve nos últimos anos uma multiplicação das UCs de uso direto e indireto e, com isso, uma ampliação de territórios florestais permanentes (apesar de nem todos preverem a permanência da ocupação humana), certamente forjando limites à expansão da atividade agropecuarista no estado. Diante desse quadro de mudanças, as áreas circunvizinhas que compõem a Amazônia-acreana (sul do Amazonas e extremo Oeste de Rondônia) passam a ser áreas possíveis, inclusive aos empresários rurais acreanos, de incrementar a pecuária em escala maior, sem terem que promover a inversão de capitais que tende a ser requerida na ampliação da produção pecuarista no Acre.

Então, se tivermos que caracterizar uma tendência produtiva “vocacional” para o espaço agrário acreano com relação ao quadro atual, diríamos que esta é essencialmente *florestal*. Todavia, entendemos como florestal muito mais que as atividades extrativas e de coleta natural, mas o manejo de recursos madeireiros e não-madeiros, a recuperação de áreas degradadas, a introdução de SAFs etc, no sentido de que vimos ser tratada a tese do “neoextrativismo” do Prof. **Rego** (2001).

Considerando as possibilidades da produção camponesa, concordamos com o Sr. Sérgio Lopes (2002), quando este nos falava da questão do aproveitamento da vocação agroflorestal: “os produtos agrícolas serão uma etapa do processo. É o que fizemos no RECA.

Eu tenho dois hectares de terra para serem cultivados; no primeiro e segundo ano, planto o SAF, mas também vou produzir arroz, feijão mandioca. A partir daí já está formando, não se planta mais”. Esse nos parece ser o caminho básico para uma produção de caráter essencialmente agroflorestal.

Então poderíamos dizer que um dia a produção agrícola de auto-sustentação não será mais necessária? Considerando que tratamos antes de tudo de uma lógica de produção camponesa, certamente a resposta é não. Produzir a sua alimentação faz parte de estratégias de manutenção de cada família (demonstramos como isso ressurgiu à medida que cada família de seringueiro ia se livrando dos laços compulsórios que a prendia ao patrão). Além do mais, isso faz parte do universo representacional camponês, em que a satisfação de consumir ou de oferecer o que ele mesmo produz só pode ser sentida quando nos vemos diante de tal situação, ou quando se povoa as lembranças de nossas origens camponesas. A respeito disso também Sérgio Lopes (2002) fez a seguinte consideração:

O produtor gosta de plantar e criar; e realmente a família que tem um porquinho, que tem galinha, que tem o milho, que tem o arroz, se capitaliza mais facilmente do que aquela que só tem um ou dois produtos, que vende e que compra tudo. Então acho que tem que se maximizar a propriedade, pois esta tem que ser leque de ter tudo. Aquele cara que vai à cidade comprar uma dúzia de ovos não é produtor. Produtor é aquele que vai à cidade e leva uma dúzia de ovos. Hoje, como produtor estou criando galinhas caipiras, por isso tenho necessidade de ter um pouquinho mais de milho. Não posso deixar de plantar mandioca, senão me lasco comprando milho.

Portanto, a produção agroflorestal, nesse propósito, não poderá conduzir ao que difunde como uma homogeneização produtiva e econômica. Enquanto economia estadual que se institui, vemo-la como um sistema produtivo que poderá voltar a ser predominante, porém dividindo espaço com outros segmentos da produção agrária, ainda sob outras matrizes produtivas e tecnológicas. Portanto, as mudanças substanciais que esperamos somente virão como produto de um pacto entre esses diversos setores produtivos privados e coletivos, forças sociais organizadas (movimentos sociais), governo e sociedade em geral. Sem isso, os discursos que tentam homogeneizar o sentido da produção do espaço agrário (em sua dimensão ampla de *rural-urbano*, *cidade-campo-floresta*), sob uma vocação única, uma economia puramente florestal, apenas se concretizam na produção do espaço representacional, negligenciando as dimensões das contradições presentes nesse processo. Então, o *agrário acreano será floresta* no imaginário instituído, mas continuará convivendo com a dualidade

ou a triplicidade em sua produção material no *campo*, *floresta* e na *cidade*. Este também é um sentido que se depreende do próprio ZEE/AC (ACRE, 2000 v. I e II), quando falam de economia florestal, mas mantém enfoca outros setores produtivos.

Então, considerando a diversidade no espaço agrário acreano produzido, podemos agora tratar de seus principais segmentos produtivos:

#### **14.4.1 Produções tradicionais *versus* o “esverdeamento” da mercadoria**

No contexto da fronteira agropecuária, ao longo das décadas de 1970/80 e até meados da década de 1990, as taxas de desmatamento aumentaram drasticamente, ao passo que as atividades extrativistas tradicionais amazônicas foram desvalorizadas e substituídas por outras. Somente, com as conquistas das lutas dos seringueiros, através do sindicalismo rural e de outras organizações, houve o domínio socioambiental e territorial que garantia a floresta como uma fonte de recursos e *locus* de sua vivência. Foi através das RESEXs em especial que, no início da década de 1990, ganhava formalidade essa situação. Com as convergências de forças políticas (internas e externas) que levam à vitória da FPA em 1998, começava a se efetivar um novo contexto da reprodução do agrário acreano, em que a *floresta* – como *espaço produtivo produzido* e como *espaço representacional em seu sentido simbólico* – merece concretamente a atenção das políticas públicas. É nesse contexto que há um renascimento do extrativismo, ou “neoextrativismo”, como referiu REGO (2001), sendo fixado em novos propósitos produtivos, embora nem sempre sob novas bases produtivas.

Sob tais pontos de vista, nas políticas governamentais se alegava que o extrativismo foi a base econômica da Amazônia, sob o qual por décadas combinaram-se a extração e a coleta de produtos florestais, a pesca artesanal, a produção agrícola familiar e a criação de animais, sendo que este pode ser uma base para um novo projeto de desenvolvimento regional. Assim, a revitalização do “agroextrativismo” pelo viés do “neoextrativismo” seria um dos fatores determinantes para o “desenvolvimento sustentável” da região (REGO, 2001).

Considerando a preocupação com a floresta, vista como *lugar produtivo* no Acre (pois no contexto da fronteira agropecuária esta condição lhe era negada), passa-se a pensá-la como potencialidade a ser explorada. Nesse sentido, argumenta o CTA (1999, p.12) que, sendo “a floresta o único monopólio verdadeiro do estado”, e que esta não é possível de ser domesticada e cultivada, torná-la produtiva, do ponto de vista socioeconômico, “é base fundamental para garantir sua permanência na atualidade”. Então, as palavras “diversidade e complexidade” tornam-se significantes do potencial florestal na busca de “interagir,



compreender as interdependências ecológicas das várias espécies e, sem comprometê-las, fortalecer em uma relação etnobotânica já existente na tradição do extrativista”.

Todavia, nessa visão do CTA (Ibid., p. 13-15), não caberia alternativas que não viessem da otimização dos próprios recursos no âmbito dos territórios de vivências dos camponeses florestais. Portanto, entendem que a produção de *SAFs* ou *das ilhas de alta produtividade*, as quais perpassam pelo ciclo do desmatamento, queimadas e plantio, são tentativas com culturas perenes, sob forma de “insinuações frustradas de manutenção do modelo atual”. A extração e a coleta seriam a base do “ciclo do modelo florestal”. Por outro lado, a “agregação de valor com beneficiamento dos produtos e a condução da regeneração natural ou enriquecimento, em determinadas condições completariam o ciclo”. Perante tais práticas, haveria uma potencialização do fluxo energético no interior das florestas. Assim, p.e., desbastando as mudas que nascem, permite-se maior facilidade à reprodução e crescimento no processo de regeneração natural, isto é, da resiliência da floresta. Além disso, ainda haveria o manejo pesqueiro de rios e lagos, o ecoturismo e outras possibilidades que não são muito conhecidas, como a adoção de biotecnologias e de ações no mercado de carbono<sup>5</sup> etc.

Diante do quadro até aqui apresentado, o que poderíamos pensar concretamente como possibilidade real para todo estado sob tal situação? Acreditamos que para se ter uma posição precisamos ponderar certas questões. A expressão social para um experimento efetivo de uma proposta de desenvolvimento baseada numa produção florestal, no Acre, justifica-se perante a extensão de mais de um terço de seu território estar ocupado por unidades de conservação e áreas de uso do solo florestal: Reservas Extrativistas, Parque Nacional, Florestas nacionais e estaduais, estações ecológicas e projetos de assentamentos extrativistas, com uma população de aproximadamente 50.000 pessoas vivendo da floresta. Além disso, como já tratamos, cerca de noventa por cento do estado é ocupado por floresta

---

<sup>5</sup> - Com relação ao mercado de carbono, trata-se de uma possibilidade das indústrias do “norte” compensarem suas taxas de bombeamento de carbono na atmosfera pelas fumaças emitidas por suas fábricas. Para isso, adquiririam, no mercado de capitais, certificados de seqüestro de carbono. Esses certificados seriam emitidos pelos países que possuem ou estão dispostos a formar florestas (CTA, 1999). Isso se justifica mais pela manutenção do padrão industrial dos *países enriquecidos* (chamados do “norte”) nas implicações de amenizar as mudanças climáticas que tem reflexos globais, do que como estratégia socioambiental para áreas de florestas tropicais. Então, isso poderia se consumir como mais um mecanismo de fortalecimento das condições de poluidores desses países. A situação seria a seguinte: aos *países empobrecidos* que optarem por venderem os seus *certificados de seqüestros de CO<sup>2</sup>* no mercado de capitais, lhes caberia o papel de *serem os lixeiros das sujeiras atmosféricas* feitas pelos países industriais, na purificação do ar para todos (inclusive para quem o polui), ou mesmo, na não emissão do CO<sup>2</sup> na atmosfera. Já aos *países enriquecidos*, na manutenção dos seus padrões de vida, estariam *livres da culpa de estar sujando o ar que respiramos e com a certeza de que se estão pagando, podem sujar mais*. Tais situações podem ser notadas, por exemplo, a partir da posição dos EUA na

(apesar de ser uma média sobre a qual temos territórios municipais com mais de cinquenta por cento desmatado). Porém, dada a multiplicidade de sistemas agrários produtivos, não vemos possibilidades concretas para a efetivação de uma *economia florestal* exclusiva.

Assim, temos que discordar que, mesmo em áreas de conservação de uso direto (como as RESEXs e PAEs), há plenas possibilidades de se conciliar pequenas atividades de cultivo e criação de animais (não necessariamente bovinos) com atividades de caráter florestal, justificando a tese do “neoxtratativismo” (REGO, 2001), sobretudo quando defende que essas áreas podem ser reproduzidas com vista à introdução de sistemas produtivos perenes a médio e longo prazo (como são os casos dos SAFs).

Todas essas questões referidas, ao nosso ver, estão dentro de um amplo processo de nova significação do produto regional amazônico, sob o signo ecológico do “verde” no processo de sua metamorfose em mercadoria global. Então, passa a revalorizar a *floresta*, como território de potencialidade para um *eco-mercado*<sup>6</sup>; e, ao mesmo tempo, dá uma dimensão qualitativa à territorialidade agrária amazônica (*florestal*), da qual poderá emanar forças valorativas para o espaço produtivo e aos produtos da região que seguirem um padrão exclusivo, ao menos sob duas impressões: *ser ecologicamente produzido* e *ser florestal amazônico*.

Portanto, isso marcaria uma nova inserção de produtos tradicionais da floresta como a borracha e a castanha, mas também de outros como a madeira certificada, óleos (copaíba, por exemplo), frutas, sementes, essências etc. Por outro lado, a pequena produção familiar camponesa (tanto no cultivo como na criação), começa a ser vista sob novas possibilidades produtivas. Suas práticas já consorciavam atividades agrícolas e pequenas pecuárias, sob a extensão do significado de produção agroflorestal para atividades que não são feitas, exclusivamente, sob bases produtivas do uso do solo da floresta. Há, assim, abertura para possíveis revalorizações desses produtos, enquanto mercadorias amazônicas, nas quais são agregados valores provenientes do significado do ambiente social, ecológico e simbólico que são produzidos. Aí entendemos que, nesse processo, há uma metamorfose da mercadoria na qual o signo representativo nela contida confere-lhe condição de *mercadoria-ecológica* – a “*mercadoria verde*”, ou seja, é o *ressignificar do produto como processo de “esverdeamento” da mercadoria* (sobreposição do valor de troca ao valor de uso). É claro que

---

qual, ao negar a assinatura do Tratado de Kyoto, nega-se a abrir mão de sua condição de maior poluidor do planeta (KITAMURA, 1994).

<sup>6</sup> - A isso referimos a condição de ser *fonte de recursos naturais diversos*, sejam materiais (p.e., produtos agrícolas, extrativistas e agrossilvícolas) ou não-material (p.e., os aspectos simbólicos dos significados socioambientais que são arrolados no processo de troca).

isso não é um processo local, mas é o respaldo do global no local, sobre o qual ocorre a inserção nas relações de globalização. Por outro lado, se ao mesmo tempo as *organizações coletivas* e os *órgãos representativos do governo* aí firmam bases para garantir mercado aos produtos regionais, podemos entender esse processo como dimensão da ressonância do local, em resposta às relações globais do mercado na região.

O que isso significará no processo de produção agrária, em meio aos camponeses da Amazônia-acreana, perante os principais sistemas produtivos do estado? Certamente, se pensarmos em ruptura, como muitos esperam, a resposta seria nada. Mas se considerarmos em termos de perspectivas, daí há possibilidades de apreender maiores significados. Vamos aprofundar mais essa questão nos itens seguintes.

#### **14.4.2 A lavoura branca e a agropecuária**

A lavoura branca, com o cultivo de produtos da alimentação básica, teve importância na economia familiar também para os camponeses amazônicos-acreanos. Como vimos, estas práticas na *floresta*, entre os seringueiros livres, desde a segunda década do século XX, esteve sempre em condições de complementar a renda familiar que se baseava na atividade extrativa, ou, ainda, era a base econômica dos *colonheiros* nas colônias agrícolas. Já a pecuária, que era muito incipiente entre os seguimentos camponeses, tendia a se expandir. Isso acontece na medida em que é um *investimento* que garante maior estabilidade na montagem de um pequeno capital fixo familiar, aparecendo desde como medidas de “poupança” até como de *segurança econômica* (com poucos recursos acumulados) perante a instabilidade de investir noutra atividade produtiva. Estas condições produtivas serão ampliadas no âmbito da fronteira agropecuária com a chegada de numerosos grupos de camponeses centro-sulistas e com a perda de mercado dos produtos extrativistas, sobretudo a partir da década de 1970. Já no contexto mais recente que vimos tratando, essas atividades estão presentes, sendo, porém, do ponto de vista das políticas do “Governo da floresta” e mesmo das organizações sociais e coletivas (em especial, dos STRs, cooperativas e associações), vistas como condição de que devem ser mantidas como atividades acessórias em face à proposta de atividades agroflorestais.

No âmbito das transformações mais recentes, mesmo que as indicações de diretrizes de políticas estaduais para a produção camponesa (vistas no contexto sob a ótica da “produção familiar”) apontem para atividades agroflorestais, há persistências desses seguimentos produtivos. Por um lado, podemos dizer que estes têm se mantido, apesar das tentativas de impedir a pecuária em territórios de vivências camponesas. Por outro, as

lavouras brancas como finalidade de comercialização, nas quais se destaca o cultivo do arroz, do feijão e do milho, sobretudo em áreas de colonização agrícola (não excluindo a produção que pode vir de áreas florestais), têm sido produzidas em pequena escala, mas com pouca viabilidade de mercado. Já as frutas e hortaliças produzidas, provindas de pequenas colônias ou de áreas de pólos agroflorestais e hortifrutigranjeiros, na proximidade de cidades, sobretudo de Rio Branco, têm encontrado maior espaço no mercado local.

No conjunto das políticas do estado para estes setores cabe destacar: o Programa de Apoio e Fortalecimento à Produção Ribeirinha, que busca intervir na deficiência de organização da produção, apresentando alternativas de crescimento, seja no âmbito produtivo (viabilizando convênios para a aquisição de barcos), na adoção de novas técnicas culturais (utilizando melhor seus espaços produtivos e diversificando a produção), ou ainda em ações de recuperação de ramais (onde estes podem viabilizar duas vias de escoamento). Também os programas de apoio à organização e comercialização; de mecanização rural; de incentivo à pecuária leiteira etc.

No contexto da organização produtiva, com as cooperativas e associações, o produto que teve maior destaque foi sem dúvida a farinha-de-mandioca. Este produto sempre foi básico na receita alimentar do amazônida e é produzido basicamente em todos os municípios, quase sempre em pequenas “farinheiras familiares” (pequenas indústrias). As lavouras de mandioca provêm de cultivos familiares (os roçados) que, em geral, não ultrapassam de duas a três hectares plantados por família. A Mesorregião do Vale do Juruá é a região com maior potência produtiva de farinha-de-mandioca, sobretudo pela qualidade do produto. Assim, “Cruzeiro do Sul” é padrão classificatório – “a farinha de Cruzeiro do Sul<sup>7</sup>”, que se obtém a partir de um domínio tecnológico de produção mais sofisticada<sup>8</sup>. No âmbito das organizações coletivas, a CASAVAJ tem atuado com esse produto e obtido bons resultados, como já foi apresentado. Além do mais, pode-se dizer que, dentro das condições produzidas, trata-se de um produto genuinamente orgânico e que, com a escala de cultivo empregada, tem pouco peso sobre o ambiente, causando impacto muito baixo.

---

<sup>7</sup> - É interessante ressaltar que, regionalmente, é muito raro se ouvir falar de “farinha-de-mandioca”, pois a palavra “farinha” sintetiza em si o nome do produto. Assim, p.e., a “farinha de trigo” não se confunde, pois é chamada simplesmente de “trigo”. São recursos de linguagem (metonímia), mas que marcam a diversidade de falas e que dão conteúdo à territorialidade que aí já se forja há mais de um século.

<sup>8</sup> - Existem pessoas desse município que alegam que a qualidade do produto está relacionada a um tipo de solo local, o que constituiria tal sistema produtivo num único controle de um solo, apto a uma produção específica, ou seja, numa forma de obtenção de “renda fundiária de monopólio”. Ao que nos parece, isso não pode ser aceito, uma vez que, com a troca de experiência em outros municípios acreanos, já no Vale do Acre, tem-se produzido produtos que, ao menos em qualidade, são parecidos (p.e., na COOPERIÁCO). Porém, isso é algo que ainda deve ser investigado com maior objetividade.

#### 14.4.3 A agrossilvicultura

A busca de práticas alternativas de cultivo tem sido tanto uma tendência que se origina da necessidade de adotar tipos de culturas adaptadas ao ambiente local, como das pressões (internas e externas) para conciliarem culturas semi-artificiais com as condições eco-ambientais da Amazônica-acreana. São sob tais bases que, como já tratamos, houve a adoção das práticas dos SAFs. Diante dos resultados poucos animadores e do alto impacto ambiental tido com práticas de lavouras brancas, as lavouras em consórcios multiplicaram-se. A região de Nova Califórnia, em Rondônia, foi precursora. Porém, a maior aceitabilidade dessas práticas ocorrem no Acre.

Com o projeto de desenvolvimento implantado pelo “Governo da floresta”, a difusão dos SAFs se tornou uma opção de políticas públicas. Então, muito mais do que ser uma prática específica da reprodução de áreas de cultivos agrícolas no *campo*, também tem sido levado às áreas florestais. Vemos que nisso se constitui um ramo do agrário acreano que tende a se firmar como processo produtivo ideal para a região, sob diversos pontos de vista.

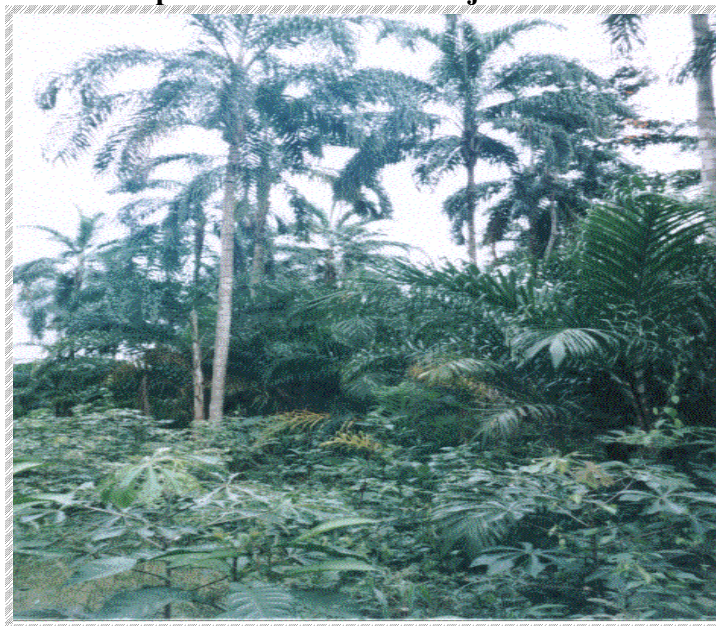
Todavia, além dos SAFs, tem também desenvolvido atividades em áreas que são cultivadas apenas um produto como, p.e., a pupunha para a produção de palmito ou ainda o guaraná. Este cultivo de um produto tem, contudo, sido feito em áreas já desmatadas, mas o guaraná é uma planta perene; já a pupunha (para palmito), apesar de não ser, sua produtividade pode ser prolongada por anos consecutivos (as palmeiras de pupunha, além da haste principal, perfilha várias mudas que nascem após uns cinco meses de vida da planta). Porém, dadas as condições ambientais locais, já se discute possíveis formas de introduzir esses produtos em sistemas consorciados, sem maiores prejuízos econômicos e ambientais, o que garantirá a qualidade natural e ecológica do produto, em práticas que não agridam o ambiente florestal, já que as lavouras são feitas em áreas de antigas capoeiras ou pastagens. Ademais, mesmo artificializados, os SAFs reproduzem ambientes com menor diversidade que a floresta, mas muito mais do que as áreas de outras práticas cultiváveis. Isso permite um paulatino retorno da fauna e da flora ao lugar (Figura 6).

Ressalta-se que as atividades de agrossilviculturas, sobretudo da pupunha do palmito no Acre, com tendência a maior massificação entre os produtores camponeses locais, são recentes. Daí, não há ainda quase nada sendo colocado no mercado. Em geral, a produção que se tem são de lavouras particulares das empresas ou cooperativas do ramo.

No que se refere ao processamento dessa produção, destaca-se: com relação ao palmito – as empresas Veredas, Bonal e o RECA (já em território rondoniense). Dessa

produção, a menor parte é comercializada na própria região. A maioria é vendida em outros estados como São Paulo, Rondônia e Amazonas (exclusivamente Manaus).

**Figura 6:**  
**Aspecto de um SAF no Projeto RECA**



**Fonte:** Fotografia in loco: Silvio Simione da Silva, 2004.

Já o guaraná é produzido artesanalmente em pequenas propriedades rurais sob sistemas produtivos orgânicos, desde o processo de plantio até o beneficiamento. Ultimamente, com o incentivo recebido, novas técnicas de plantio e cultivo e a possibilidade de produção em SAFs tem aumentado a produção no estado. Isso marca a possibilidade de importante abertura a novos mercados consumidores para o produto, pois passam a oferecer em quantidade e qualidade melhores, o que tem tido implicação na dinâmica econômica de cada produtor. Toda a produção está concentrada no Vale do Juruá. O processamento da produção é feito por empresas particulares, exceto na cooperativa dos produtores em Mâncio Lima, filiada à CASAVAJ de Cruzeiro do Sul.

Outros produtos típicos da região são o cupuaçu e o cacau. Sua produção volta-se em especial para a extração de polpa para suco. O cacau, no Acre, é cultivado geralmente em plantios domésticos, nos quais as poucas frutas que excedem ao consumo familiar são colocadas à venda. Já o cupuaçu está sendo introduzido na formação de SAFs nos quais, em geral, ainda não estão produzidos; daí a produção de cupuaçu também ter caráter caseiro ou de pequenas lavouras em sítios ou chácaras próximas da cidade (pois no Projeto RECA, em Nova Califórnia, RO, p.e., já é produzido em escala comercial).

#### 14.4.4 O extrativismo atual

Este setor é o que apresenta como ponto fundamental o projeto produtivo para o espaço agrário acreano colocado pelo “Governo da floresta”. Nisso, como vimos, está uma relação simbólica do processo de ocupação do Acre, perante o desafio de forjar alternativas de se reinserir no mercado produtos que estavam decadentes, paralelamente à descoberta de outros com potenciais de exploração. É aqui que residirá a dimensão de mudanças no âmbito produtivo em face da adoção de novas matrizes tecnológicas. A *floresta* aparecerá como entidade em transmutação da condição de território produtivo da fronteira extrativista que, em si, a caracterizou por décadas, para a *fronteira técnico-ecológica*. Isso, inferindo em mudanças graduais nas matrizes produtivas, mas sob a permanência da floresta em pé, sendo *manejada* (esta palavra passa ser a antítese de *desmatada*), sob relações de produção refeitas, reformuladas ou mesmo revalorizadas, de práticas antigas.

Há, portanto, o aparecimento de vários outros produtos que começam a ser incorporados nas práticas extrativas dos camponeses florestais. São os produtos fototerápicos como óleos, sementes, folhas, cipós etc. No âmbito das organizações comunitárias e coletivas, estas práticas foram iniciadas no início da década de 1990, entre os associados do RECA e também da CAPEB (medicina popular e a coleta de semente para ser vendida). Até o momento, a exploração desses produtos, com raras exceções, não entra diretamente na ação das políticas dos órgãos governamentais, mas estas os atingem através dos incentivos à diversificação produtiva. Todavia, já há projetos do “Governo da floresta”, sob apoio do Ministério do Meio Ambiente, para ativar melhor este potencial.

Todavia, no âmbito geral, ainda há pouca variabilidade dos principais produtos acreanos, como podemos observar no Quadro 12 (excetuando aí a borracha, da qual trataremos mais adiante):

**Quadro 12:**  
**Acre - demonstrativo da produção dos principais produtos extrativistas**

PRODUTO	2000		2001		2002	
	Quant.	Valor (1 mil R\$)	Quant.	Valor (1 mil R\$)	Quant.	Valor (1 mil R\$)
Castanha do Brasil (ton.)	8.247	3.141	5.924	1.888	6.674	2.888
Açaí – fruto (ton.)	431	59	541	94	807	229
Madeira em tora (m³)	206.961	6.742	242.845	8.118	287.306	10.771
Carvão vegetal (ton.)	2.105	597	2.037	581	2.118	576
Lenha (m³)	450.781	2.694	481.293	2.362	505.539	3.132

Fonte: ACRE, 2001; IBGE, 2002.

O Açaí ainda provém, na sua totalidade, da coleta natural na floresta (Quadro 12), sendo que já existe cultivo de lavoura que em breve deverá entrar com sua produção. A madeira em tora está voltada para as indústrias as quais, em geral, não são oriundas de áreas de manejos. Há outras utilizações de madeira na produção do carvão vegetal (para o consumo no próprio mercado local) e lenhas para alimentar os fornos, sobretudo de indústrias oleiras. Esta madeira quase sempre é proveniente daquelas áreas de desmatamentos em fazendas ou que foram retiradas madeiras em toras. Com exceção do extrativismo do açaí e da castanha, as demais atividades referidas têm um peso considerável sobre o ambiente florestal.

Nota-se no Quadro 12 que, dos principais produtos extrativos, o que tem maior peso é a castanha-do-Brasil. Este potencial comercial e de aceitação, na atualidade, pode-se dizer que se relaciona também a sua composição nutricional de 17% de proteínas, 68% de gorduras, 6% de carboidratos, 4% de sais e 5% de água (ACRE, Sd<sup>1</sup>). A castanha-do-brasil é um dos produtos mais tradicionais da economia amazônica, sendo que, na região da Amazônia-acreana, ocorre apenas em territórios drenados pelos rios da Bacia do Purus (daí no sentido leste até o estado do Pará). Todavia, é uma árvore que depende muito do seu *habitat* natural para produzir e, geralmente, após o desmatamento, mesmo deixando-as *em pé* no meio das pastagens, entra em gradativo processo de esterilização.

O Acre, apesar de ter a ocorrência da castanheira em apenas uma parte de seu território, possui a maior densidade desta espécie, apresentando praticamente quase a metade da produção nacional. A capacidade produtiva anual do estado está estimada em torno de dez mil e quinhentas toneladas brutas, sendo, em média, setenta e cinco toneladas beneficiadas. Atualmente, estão em fase de implantação de duas novas usinas de beneficiamento (Xapuri e Brasiléia), que ampliarão a capacidade de beneficiamento para 1.800 toneladas anuais (descascadas e desidratadas). Com isso, previa-se que, a partir do ano de 2003, a matéria-prima absorvida pelas usinas seria de 5.400 toneladas, elevando-se o percentual do produto beneficiado no Acre da ordem dos 5% para 50%. (ACRE, Sd.<sup>1</sup>)<sup>9</sup>.

Os principais municípios produtores da castanha-do-Brasil beneficiada estão nas Microrregiões Geográfica de Brasiléia e Sena Madureira. Aí se destacam as Cooperativas CAPEB/COMPAEB (Brasiléia e Eptaciolândia), a CAEX (Xapuri) e a COOPERIACO (Sena Madureira). Também nos outros municípios da Mesorregião do Vale do Acre, há produção

---

<sup>9</sup> - A estrutura física das usinas já está pronta. Porém, a situação vista em 2004 é que muito mais que problemas técnicos, há questões políticas individuais que impedem-nas de entrar em funcionamento no momento atual.



significativa ‘in natura’. A comercialização do produto é feita com indústrias nacionais, mas também exportadas para outros países, como já referimos.

Em 1996, os dados do IBGE, no Acre, já apontavam para um crescimento na produção da castanha-do-Brasil. Assim, nesse ano, a produção foi equivalente a 44,1% da produção nacional, superando inclusive o Pará, que ficou na casa dos 43,3%. Estes estados são os dois maiores produtores in natura. Já na atualidade, esse índice da produção acreana chega próximo aos 50,0% da produção amazônica (BRASIL, 2001).

O outro produto é a borracha, que foi, no passado, a raiz matricial da produção extrativista acreana. Esse produto, desde a década de 1950, vinha perdendo espaço no mercado, sendo produzido apenas como atividade complementar dos camponeses florestais até inícios da década de 1990<sup>10</sup>. Apenas a partir de 1998, com a vigência do “Governo da floresta”, perante as reivindicações dos movimentos sociais camponeses que arrolavam há anos, recomeçam a discutir incentivos para uma retomada da produção<sup>11</sup>. Estabeleceu-se então o subsídio que chega a dois terços do preço pago ao produto (R\$ 1,60 p/kg., em 2002). Referimo-nos à chamada Lei Chico Mendes (Quadro 13):

**Quadro 13:**  
**Lei Chico Mendes**

<b>LEI Nº 1.277, DE 13 DE JANEIRO DE 1999</b>
<p>“Dispõe sobre concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre e dá outras providências”.</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE: FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p><b>Art. 1º</b> Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica aos produtores estaduais de borracha natural bruta, no valor de até R\$ 0,40 (quarenta centavos de real) por quilo, podendo ser corrigido e atualizado através de decreto do Poder Executivo. Parágrafo Único. A subvenção econômica será regulamentada por decreto do Poder Executivo.</p> <p><b>Art. 2º</b> As despesas decorrentes com a subvenção econômica, criada no artigo anterior, correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tesouro Estadual, Órgão 1600, Unidade Orçamentária 1620, Programa/Projeto 04401831.035, Elemento de Despesa 3212.</p> <p><b>Art. 3º</b> Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades nacionais e internacionais, objetivando fomentar a produção da borracha.</p> <p><b>Art. 4º</b> Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p>

**Fonte:** ACRE, 1999.

<sup>10</sup> - Pois, apesar de tudo, houve seringueiros que “teimavam em extrair o látex” e vendê-lo a preço no qual um quilo de borracha não dava sequer para pagar a metade do preço de uma lata de óleo de soja.

<sup>11</sup> - Cabe salientar que, em nível Federal, antes dessa data, as reivindicações já tinham marcado ganhos a partir de ações de parlamentares comprometidos com a luta dos extrativistas, no senado federal, p.e., como a Senadora Marina Silva. Todavia, a efetivação de medidas concretas apenas se dá a partir do referido ano.

No Quadro 14, apresentado abaixo, demonstramos a produção do primeiro período de vigência da Lei Chico Mendes.

**Quadro 14:**  
**Produção acreana de borracha natural bruta por municípios, 1999-2002**

Estado/municípios	Produção (Kg.)			
	1999	2000	2001	2002*
<b>Acre</b>	<b>1.252.000</b>	<b>2.829.999</b>	<b>3.756.267</b>	<b>3.999.999</b>
Acrelândia	6.631	25.482	17.459	5.963
Assis Brasil	15.986	-	25.612	64.122
Brasiléia	267.400	271.550	339.723	381.292
Bujari	-	16.375	11.327	22.409
Capixaba	14.110	126.586	245.028	212.439
Cruzeiro do Sul	50.912	32.305	144.918	178.788
Feijó	80.437	287.933	473.113	342.344
Jordão	9.013	37.193	38.753	112.241
Manuel Urbano	47.057	148.903	138.865	159.344
Plácido de Castro	67.592	205.610	340.829	362.740
Porto Acre	-	1.707	14.299	40.302
Rio Branco	330.022	748.188	648.371	654.978
Sena Madureira	37.129	147.248	413.966	490.495
Senador Guiomard	11.706	142.318	250.265	421.848
Tarauacá	44.061	136.120	330.386	196.550
Xapuri	269.943	502.481	323.353	354.144

**Fonte:** ACRE, 2001. \* - Estimativa de produção para o ano 2002 da SEFE/DEX.

**Obs.:** Não há dados apresentados dos municípios de Epiaciolândia, Mâncio Lima, Mal. Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Santa Rosa do Purus.

O que vemos é uma tendência ao crescimento produtivo. Podemos entender o alcance social da lei Chico Mendes quando há mais de seis mil famílias envolvidas na produção. Há, porém, o aspecto da satisfação, que foge ao que os dados mostram e que só entendemos quando é manifestado pessoalmente. Em trabalhos de campo no ano de 2002, um seringueiro da região do Rio Macauã no município de Sena Madureira nos contava que, no ano de 2001, conseguira faturar até R\$ 140,00 nos meses em que extraiu borracha. Então, perguntamos se não era pouco? Este nos respondeu – “pouco para vocês, para eu está de bom tamanho. É suficiente para eu fazer a ‘feira para todos anos’ e, às vezes, ainda sobra um dinheirinho. Aqui se gasta pouco, pois só compra o que não se produz”.

Como já tratamos, outra atividade extrativa que tem sido incentivada é a da “madeira manejada”. A madeira é o produto da *floresta* que, dentro do modelo de desenvolvimento predatório, é o mais valioso, o mais competitivo que a mata oferece, com maior liquidez. Por outro lado, a *floresta* resguarda o maior manancial de recursos naturais

disponíveis no Acre, já que até o momento não há identificação de fontes de recursos minerais viáveis de exploração, como ocorre em outros estados amazônicos. Por isso, concordamos que não incluí-la na proposta de manejo florestal pode significar um atrofiamento irreversível na viabilização desta. A extração, todavia, deve ser feita com a tecnologia que permite a prática extrativa com um mínimo de comprometimento do ambiente florestal, planejada e estudada a partir da área a ser manejada. (CTA, 1999).

Mas então como proceder no âmbito florestal? Vemos que aí há a marca de um conceito que se firma como fundamental – *o manejo*. Temos de considerar que, dentro dessa concepção, forja-se várias formas de ver o aproveitamento dos recursos florestais ampliando o sentido do *manejo* para além da atividade madeireira.

O que seria então manejo a floresta? Que conteúdo está aí significado?

Manejar a floresta é cuidar dela com muita atenção e cuidado. Não apenas retirar o que ela pode produzir, mas enxergá-la como fonte de produção de frutas, palhas, cipó, madeira, produtos medicinais etc. É ainda reconhecer que a floresta pode produzir muito mais que produz hoje. Mais do que os roçados e pastos. Mas para isso ela precisa ser muita bem cuidada. (VIANA, MENDES, N. e MENDES A, 2002, p. 13).

A FUNTAC (Fundação Tecnologia do Acre) foi o primeiro e talvez o único órgão a institucionalizar o conceito de *manejo florestal de uso múltiplo* para além da atividade madeireira. Esse conceito referia-se também ao reconhecimento e à identificação de produtos não-madeireiros que foram abordados marginalmente pelos *manejos florestais* puramente madeireiros. Assim, p. e., o plano de manejo aplicado na Floresta Estadual do Antimary (BR-364, Km 82, trecho Rio Branco – Sena Madureira), primeira experiência a incorporar tais preceitos, trabalhando com produtos tais como: borracha, castanha-do-brasil, óleo de copaíba, essências, ervas medicinais, oleaginosas, resinas etc. A grande vantagem dessa modalidade é permitir às comunidades organizar formas de exploração dos recursos, sob gestão comunitária, e viver *na e da floresta*, criando mecanismos de incorporação de diversos produtos, obtendo outras fontes de renda sem que tenham, necessariamente, de retirar as árvores. (CTA, 1994).

Na região de Xapuri, outra prática que tem sido aplicada sob tais princípios é o que chamam de “jardinagem florestal”, que surgiu com a finalidade de fazer com que o produtor, junto à retirada das árvores mais amadurecidas, atue ajudando no crescimento de outras. Isso se efetiva quando, p.e., no sistema de classificação das árvores da mesma espécie

– baseado na filiação da mais velha para a mais nova (como sendo uma escala familiar: mãe, filhas e netas) – vão sendo retiradas as mais velhas. Os *manejadores* passam então a fazer a *limpeza* dessas árvores, das espécies competidoras (o *desbastamento*, sobretudo de cipoais) para o melhor desenvolvimento das mais novas que ficam na floresta. Com isso, tendo um crescimento mais rápido, poderá ser reaproveitada pelos próprios moradores no futuro ou ampliar a capacidade de resiliência da floresta em áreas manejadas (VIANA, MENDES, N. e MENDES A, 2002).

O manejo florestal comunitário tem sido implantado como estratégia de valorizar a atividade extrativista e desestimular a transformação da floresta em pastagens e agricultura. Portanto, sendo a madeira o produto principal que depende da floresta, estas práticas de cultivos e criatórias devem se firmar como complemento da renda familiar, juntamente com outras atividades como a coleta de castanha-do-brasil, borracha e outros produtos. O trabalho feito em Xapuri (Seringal Cachoeira, dentro do Projeto PIFLOR – Pólo de Indústrias Florestais de Xapuri), recentemente recebeu a “Certificação Internacional FSC”<sup>12</sup> (Forest Stewardship Council) de “bom manejo florestal”, tornando-se o primeiro desta natureza a receber tal certificado no Brasil.

O PIFLOR-Xapuri é produto de ações do governo estadual, em que a FUNTAC é a gestora. Suas ações incluem a “escola-oficina de marcenaria na cidade de Xapuri; formar mão-de-obra tanto na área de manejo na floresta como na indústria moveleira da cidade; atingir um aproveitamento máximo das árvores; e, assim, aumentar também o rendimento da produção florestal. Além disso, têm-se feito trabalhos na diversificação do processamento e no *design* de novos produtos, e estimulado o “empreendedorismo e as novas vocações empresariais no setor, funcionando nos moldes de incubadoras de empresas”. São os seguintes seus objetivos estratégicos: “sustentabilidade dos empreendimentos, verticalização da cadeia produtiva extrativista, gestão, e produção e disseminação do conhecimento”. Todavia, o projeto não é uma iniciativa exclusiva do Governo Estadual, mas de parcerias entre este e a Prefeitura Municipal de Xapuri, a Associazione Brianza-Amazzonia (Itália), a

---

<sup>12</sup> - O FSC é uma ONG, sediada na Cidade do México e instituída na década de 1993, contando com 516 membros filiados (pessoas físicas ou jurídicas), espalhados por 49 países. Surge com a finalidade de contribuir à conservação ambiental e ao “desenvolvimento sustentável” das principais florestas mundiais. Seus instituidores foram ambientalistas, pesquisadores, engenheiros florestais, empresários da indústria e comércio de produtos de origem florestal, trabalhadores, comunidades indígenas e outros povos da floresta, e instituições certificadoras de 34 países. No Brasil, a promoção dessa certificação data de 1994, mas só em 1996 formaliza um Grupo de Trabalho tricameral, sob a coordenação do WWF-Brasil. Em setembro de 2001, oficialmente foi fundado em Brasília o FSC-Brasil, sob o aval do FSC Internacional. O FSC, como atestado de garantia de origem é, na verdade, o principal e mais respeitado “selo verde” para produtos florestais reconhecido internacionalmente.

Igreja Católica, o Gabinete do Dep. Estadual Ronald Polanco, a SUFRAMA, o SEBRAE, o SENAI, o BASA e a WWF (FUNTAC, S.d.).

Como referimos, no âmbito das áreas manejadas há também práticas de agricultura e pecuária. Sendo essas áreas territórios de UCs ou PAEs, isso não é uma ameaça à floresta? Pensamos que, para compreender a questão, temos de apreender o sentido do aumento dessas atividades em áreas de produção florestais.

Vejamos então: há estudos que apontam para o desmatamento em áreas de conservação, como as RESEXs e PAEs (detectado por imagem do LANDSAT) – isso tem ocorrido no PAE Chico Mendes (Cachoeira). Conforme **Viana, Mendes, N e Mendes, A.** (2002), trata-se de uma questão de buscar melhores condições de vida, “os roçados estão sendo transformados em pastagens ao invés de retorná-lo ao sistema de cultivo e pousio” resultando no crescimento dessas áreas. Porém, está longe de ser um problema ambiental alarmante, pois é ainda inferior a 10 %, como tem apresentado alguns agentes que acompanham o processo (p.e, CTA, 1994).

A questão consiste num processo histórico mais recente da fronteira agropecuária, em que a floresta foi vista como forma pouco atraente de uso da terra, sendo mais viável substituí-la por outro uso mais rentável. Os seringueiros não estavam isentos dessas influências. Trata-se de uma avaliação racional desses sujeitos sociais em função de suas condições sociais, culturais e econômicas objetivas. Isso passa então por identificar os condicionantes mais críticos e as possíveis alternativas à transformação.

Então, se a meta é otimizar o uso dos recursos da floresta, o que pode significar essa situação? A chave para tal compreensão é o retorno econômico dado pela floresta em relação à agropecuária, numa dimensão de tempo de circulação e disponibilidade de um fixo familiar em território vivencial do trabalhador (aqueles que conseguem economizar alguma parte do que faturaram anualmente). Ao nosso ver, não podemos tratar ou pensar que esses devem eliminar a prática da pecuária de auto-sustentação. Criar algumas cabeças de gado que permitem a esse trabalhador ter o leite e a carne<sup>13</sup> para o consumo familiar e comunitário, e ao mesmo tempo formar uma economia para ser acionada em horas de extrema necessidade, é algo que não se pode negar. Também os SAFs serão importantes e devem ser incentivados. Todavia, o que deve ser feito é evitar o crescimento sem limites de

---

<sup>13</sup> - Esta situação é importante, pois a pecuária criada tem uma aplicação direta na produção da sustentação familiar. Em várias oportunidades, vimos que, em meio às comunidades camponesas na Amazônia-acreana, p.e., costumam matar um animal e venderem ou trocarem suas partes entre as famílias locais, num processo rotativo na comunidade, repetido por várias vezes durante o ano, que significará uma fonte de alimento e, ao mesmo tempo, uma “trégua à fauna local”, já bastante castigada.

áreas para agricultura e pastagens, mas não inviabilizá-las, pois aí residem mecanismos de garantia da auto-sustentação camponesa, ou seja, de busca por *viver melhor*.

Uma coisa deve ser considerada: “o retorno econômico da floresta é percebido pelo seringueiro como sendo inferior à agropecuária” (VIANA, MENDES, N e MENDES, A., 2002, p.40). Enquanto não houver algo que os faça ver que há outras possibilidades, irão pensar de acordo com essa lógica. O que podemos colocar em questão é até onde isso é apenas um mecanismo de auto-sustentação, de garantia de estabilidade e a partir de onde começa a ser mecanismo de acumulação. Isso pode ser avaliado pela análise de impactos socioambientais no território vivencial e não apenas à luz de uma legislação que generalize a tudo e a todos.

Como alterar isso? Acreditamos que a explicação está relacionada à seguinte situação: se por um lado há uma falta de credibilidade na capacidade de que um investimento no próprio setor produtivo florestal possa lhes garantir, por outro, há a certeza de que o gado é um investimento dificilmente desvalorizado, reproduz-se rápido, pode ser criado em sistemas extensivos, a sua prática é menos fastidiosa e o produto é de mais fácil liquidez no mercado. A tudo isso, junta-se a questão da maior burocracia para usufruírem os recursos da própria floresta, a falta de alternativa para formar *uma reserva financeira fixa da família*, e os valores que permeiam suas concepções de vida, em que, na lógica de auto-sustentação camponesa sob o signo do *viver bem*, significaria também *produzir o máximo do que precisa para viver, dependendo o mínimo do que vem de fora*.

Dizer como alterar é complicado. Dar respostas vendo a situação de fora para dentro, como seria o nosso raciocínio, desconsideraria o contexto real das relações produtivas desses sujeitos. Isso feriria concepções de *viver bem*, pois estas ultrapassam dimensões materializadas (quando a realidade vivencial camponesa também não é só materialidade), em que intelectualmente estamos acostumados a avaliar. Nesse sentido, o que podemos fazer é criar formas que possibilitem um crescimento da consciência desses sujeitos, em que, despidos de nossas concepções externas prontas (receitas e modelos), de nossa condição de fiscais de suas práticas, possamos ajudá-los a construir alternativas a partir de suas próprias condições de vivências territorializadas. O respeito e o conhecimento de sua lógica e racionalidade vivencial nos ajudarão a compreendê-los, e daí deriva uma concepção produtiva que é própria de cada seguimento de trabalhador nas relações que estabelecem na produção de seu território.

Então, fica claro que estamos tratando de um sujeito social que produz sob uma lógica capitalista que é norteadora da compreensão da realidade, porém não

necessariamente guiada por ela. São sujeitos sociais que se inserem numa dimensão ampliada e contraditória da reprodução do capitalismo no agrário amazônico, como camponeses florestais que, mesmo sendo cooptados e subordinados pela produção hegemônica do espaço, tem uma lógica de reprodução recriada que é não-capitalista. Então, na busca de *viver melhor*, desenvolvem mecanismos próprios e, logicamente, o que mais satisfazem suas necessidades são aqueles menos fastidiosos e mais seguros. Isso não os fazem irracionais; mas sim alguém que pode até pensar na “acumulação” e, às vezes, a busca é que suas necessidades sejam satisfeitas. Todavia, aí notamos que sua lógica de produção não é a da *acumulação*, mas a da criação de *auto-sustentação* (sob o signo de *ter fartura*). Talvez a pecuária lhe dê a segurança que outras atividades ainda não lhe transmitem. Por isso, vemos que as idéias pejorativas sobre “agropecuarização” de áreas florestais (RESEXs e PAEs) é um visão ecológica catastrófica (própria de certos seguimentos de ecologistas e intelectuais), em que se prevê a “desgraça” da “vida natural”, mas não se compreende a realidade humana vivida na *floresta*. Acreditamos que estas *estratégias de sobrevivência* não ameaçam a floresta; a maior ameaça está na nossa ausência com ações de apoio na afirmação da realidade de quem vive e quer continuar vivendo na *floresta*, sem ter que receber ensinamentos externos; aliás, quem mais sabe viver na floresta são os próprios moradores dela!

Ter a liberdade e saber seus limites é algo possível quando partimos de pactos sociais, quando há respeito aos estatutos socioespaciais estabelecidos no cotidiano vivido. Por essas constatações, podemos começar a pensar num projeto social transformador, no qual a “intelectualidade acadêmica” também esteja na vanguarda do processo e não apenas “estudando”, “discutindo” e “condenando os desvios” que os camponeses e trabalhadores em lutas fizeram dos “ideais revolucionários”. Então, nossa participação seria de *parceiros* na discussão e construção de alternativas socioeconômicas que não neguem o limite de cada categoria social em autoproduzir e viver traçando seus destinos na sociedade.

Num retrospecto de nosso vivido, comparado a tal situação, somos levados a pensar que só quem já plantou uma roça, uma fruteira, fez uma colheita, criou um animal, e depois se sentou à mesa e disso se alimentou, oferecendo também aos seus convidados, certamente saberá o quanto é prazeroso nos alimentar e oferecer o que produzimos com nosso próprio trabalho. Sobre isso é bom refletirmos.

#### **14.5 Impressões no processo produtivo**

Do que tratamos, uma coisa, para nós muito clara, é que a tese fundamental do “Governo da floresta” é que a articulação do sistema produtivo familiar acreano deve

responder, quanto a sua externalização, com uma produção de caráter agroflorestal. É nesse sentido que se caracteriza um potencial que se definirá pelo aproveitamento das árvores (naturais ou cultivadas) na produção de madeiras, frutas, polpas, amêndoas, óleos etc. Há, contudo, um lugar que, definido também pela produção de alguns produtos agricultáveis, como a mandioca na região de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, tende a se firmar no ambiente agrário. Nesse caso terá que desmatar, mas o cultivo pode ser feito em áreas de capoeiras e seguido pela formação de SAFs que, além de formar uma “nova floresta”, torna a área mais produtiva que as antigas capoeiras.

Isso significa a capacitação do camponês para usufruir melhor das tecnologias, mas também de uma estrutura básica para haver mais segurança produtiva, fato também abordado pelo Sr. Sérgio Lopes (2002), quando lhe perguntamos o que significaria a capacitação dos produtores:

Quando falamos no produtor capitalizar, não tratamos no sentido de plantar mais, ter mais terra. Falamos no sentido de quando chegar a energia ele possa ter um esmeril, ter uma circular, um micro trator, ter os equipamentos que precisa. Ter dinheiro para que não fique sempre no vermelho e acaba tendo que vender o seu produto barato. Que ele possa organizar sua produção [...]. É isso que chamo de capitalização, não é ele estar com muitos bens, mas ter com que comer, com que pagar os trabalhadores, pagar seu trabalho e ficar com seu café aguardando melhor preço. Isto é termos produtores que, como dizem o pessoal, “não estar matando cachorro a grito”, mas está com sua casa bem arrumada, que tem suas dispensas cheias, que tem porquinhos, gados, que tem um capital, que tem ferramentas [...].

Observa-se que o que está se propondo, do ponto de vista interno à produção do território vivencial do trabalhador, é que este possa *viver bem*, pois, para o entrevistado, tais condições, na prática, não significam uma transformação social da família camponesa (o que poderia ser considerado como capitalização), mas a adoção de tecnologias produtivas de apoio financeiro que dêem segurança na comercialização dos produtos e de condições de acesso às facilidades que a “vida moderna oferece” (já que isso é algo que todos querem). Porém, sua lógica no discurso não rompe com a forma de pensar do camponês, ou seja, quer *ter fartura*, quer *viver bem*. Para o entrevistado, o processo de capitalizar (numa lógica acumulativa), mesmo não fazendo parte de sua forma de pensar, tornou-se signo de sua linguagem, como recurso simbólico que expressa uma meta de vida, isto é, um padrão de vivência almejado.



Nesse processo é que entendemos a importância das organizações coletivas para garantir e ampliar as possibilidades de tais ganhos aos produtores, pois, se pensarmos na ampliação, diversificação e cooperação tanto na venda como na formação de cadeias produtivas, nada poderá ser feito individualmente. Acreditamos que nesse ponto entraria o papel de um *órgão central na articulação das ações destas organizações* (que poderia ser uma rede de comercialização solidária); então, quando instituído, enquanto as organizações populares não são capazes de se manterem sozinhas, vemos que caberá ao Estado desempenhar o papel de parceiro, orientador e formador, desde que a base do controle político venha da organização dos próprios produtores camponeses e não seja uma medida institucional, como tem sido implementada na atualidade.

Ademais, se a organização é a base para a produção, sob quais outros condicionantes se viabilizará a comercialização dos produtos regionais? No âmbito das transformações recentes na Amazônia-acreana e do “despertar mundial” para a questão ecológica, abriram-se portas para um mercado de produtos que trazem certas especificidades incorporadas. Nestes, há um *valor simbólico* (que pode ou não ser derivado de seu “valor de uso”) que é incorporado na formação do *valor de troca* da mercadoria colocada no comércio. Daí, vemos que o produto amazônico pode chegar a esse mercado com uma carga de representações que significa formas de agregar valor. O produto chega em condições de mercantilizar o caráter de um espaço representacional da condição de ser: florestal amazônico, produzido sem agredir o ambiente, orgânico, ecológico, produto de seguimentos sociais específicos (isto é, produzido dentro de certa especificidade social), que representa a luta e a resistência de sujeitos sociais específicos, e ainda de reforçar a condição social de modos de vida que não ameaçam o ambiente natural dentre outras significações.

Com isso, vemos que claramente há uma instrumentalização da representação da linguagem no processo de transmutação do produto do trabalho familiar da floresta em mercadoria. Nessa ação, ao transformar as “coisas” (objetos que existem concretamente) em mercadoria, faz-se por forma de agir no *sentido de expressão verbal*, ou seja, de *mercadorizar* os produtos. Junto à transmutação *mercadorizam-se* as impressões que são impregnadas pelos processos de produção dos produtos em sua representação, seja natural, social, cultural, territorial etc. Daí, certamente há uma otimização dos recursos e potenciais naturais amazônicos, em face de suas significações no contexto mundial, mas também da mão-de-obra regional que estava marginalizada do mercado produtivo, sobretudo pela falta de vazão aos produtos regionais.

Nesse sentido, buscam expor em caráter informativo tais conteúdos na mercadoria (num processo de busca de certificações com selos reconhecidos internacionalmente). A maior exposição de propósitos expansivos do espaço dessas mercadorias tem sido a participação e a realização de feiras especializadas. Um exemplo importante foi a AMAZONTECH 2002 (17 a 22/092002), que reuniu em Rio Branco várias instituições que atuam na Amazônia Legal. A participação contou com representantes dos estados amazônicos brasileiros, mas também de representantes de outros países amazônicos. Era a segunda edição do evento, cujo objetivo é se consumir como uma “grande vitrine de negócios, oportunidades e potencialidades de investimentos ecologicamente corretos e lucrativos”, mas também de criar oportunidades de intercâmbio tecnológico e de debater o desenvolvimento da região (SEBRAE, 2002). Assim buscaram operacionalizar os objetivos com a apresentação em feiras, exposições, rodadas de negócios e de projetos<sup>14</sup>, cursos, palestras e idas a campo.

Vale ressaltar que nisso há uma forma de controle da mão-de-obra local estabelecido via organizações coletivas. Então, ao mesmo tempo que promove ganhos aos associados, os condicionam a padrões qualitativos e quantitativos na sua produção. Daí parece-nos formalizar princípios de uma representação que, na dimensão de suas práticas, passam a serem vistos e, às vezes, a verem a si próprios como meros produtores de mercadorias. Daí se tem forjado um discurso com caráter essencialmente produtivista, secundarizando outras dimensões da luta e de seus modos de vida. Nessa concepção dos camponeses florestais, os subsídios oferecidos praticamente os prendem compulsoriamente à obrigatoriedade de se vincular a uma das organizações associativas, em conjunto com o atendimento à legislação imposta para as UCs., ideologicamente que lhes inculcam a condição de serem “guardiões da floresta” (quando sua condição vivencial é de moradores), não se vendo mais nas condições vivenciais que lhes são próprias. Tais situações se apresentam sob bases territoriais definidas, como já tratamos, sobre as UCs.

Considerando esta situação no âmbito do processo de treinamento e de formação da mão-de-obra, a adoção de atividades de manejos florestais para empresas privadas de médios e grandes portes aí se desenha de acordo com uma situação em que, no mínimo, desperta a atenção para uma pequena reflexão nossa. No processo de organização da

---

<sup>14</sup> - Esta modalidade tinha como primeira finalidade promover negócios “colocando frente a frente empresa-vendedor-comprador, com interesses afins ou complementares, mediante reuniões exclusivas com horários e mesas de negócios agendadas antecipadamente”; e, como segundo objetivo, a aproximação “entre instituições tecnológicas, científicas e agentes financeiros governamentais e não-governamentais” em condições de realização semelhantes à modalidade anterior (SEBRAE, 2002).

produção (produtos e produtores), a formação de mão-de-obra é um instrumento de promoção de melhorias nas condições de vida familiar camponesa também na floresta. Porém, é uma forma de disciplinar e de preparar a força de trabalho apta a entrar em processos produtivos de escalas maiores e não apenas comunitárias. Esta mobilização tem um objetivo claro, que no âmbito da reprodução contraditória e ampliada do capitalismo, visa otimizar os recursos naturais e as forças produtivas amazônicas que estavam excluídas do mercado.

Então, além do controle sobre a produção de recursos florestais, formam *um exército de mão-de-obra preparada* para a atividade produtiva em escalas empresariais diversas. Nesse processo, estabelece o controle político sobre população que estava marginalizada e, às vezes, miseravelmente excluída da condição de força produtiva no circuito global de produção de mercadoria e de trabalho. Daí, a idéia da formação de relações de *solidariedade* sob estas bases sociais, econômicas e ecológicas, fica muita relativa. Nas formas que são apresentadas, o que temos em nível macro do processo são promoções de laços de monopólios que submetem o local pelo seu processo de inserção no circuito global da produção e circulação da mercadoria. Isso é ruim? Não nos cabe aqui estabelecer juízos do bem e do mal. Mas certamente, isso tem que ser compreendido no âmbito contraditório da reprodução e do desenvolvimento imposto pelo capital ao lugar e, minimamente, como um processo que se enraíza na conjuntura das lutas por emancipação da classe camponesa local (seja do *campo* ou da *floresta*).

#### **14.6 O destino da mercadoria**

Na verdade, todo o processo produtivo assenta sob a lógica do “esverdeamento” da mercadoria. O FSC passa a ser condição almejada, uma vez que a própria estrutura do estado, ou até de um órgão de representação coletiva de classe, pode ser credenciado a proceder tais certificações, desde que autorizado pelo conselho central. Este aspecto pode ser notado na própria definição do que é tal certificação:

O selo FSC é uma garantia da origem. Ele atesta que a madeira (ou outro insumo florestal) utilizada num produto é oriunda de uma floresta manejada de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes. O selo serve para orientar o consumidor consciente a optar por um produto que não degrada o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento social e econômico. Assegura a manutenção da floresta, bem como o emprego e a atividade lucrativa que a mesma proporciona. O selo também orienta o comprador atacadista ou varejista a escolher um produto diferenciado e

com valor agregado, capaz de conquistar um público mais exigente e, assim, abrir novos mercados (COUNCIL, 2004).

Nota-se aí o perfil do que é buscado como padrão dessas mercadorias. No processo de transmutarem produtos em mercadoria (*mercadorizar*), transfere-se uma significação de conteúdos muito variados, mas também de um mercado (ou “nicho” de mercado) que exige certos padrões de qualidade, mesmo que tenha de pagar mais caro por isso. É, portanto, um desafio atender tais exigências, pois se torna necessário maior atenção aos padrões impostos e à adoção de tecnologias (“tecnologia-ecologia”) que permitam alcançá-los.

Há, todavia, no mercado, outro lado que se tenta hoje alcançar. É a dimensão do mercado local, agregando valores aos produtos, mas mostrando que não é apenas uma condição fictícia que se impregna na mercadoria. Mas, no mercado local, será que é possível agregar qualidade sem que isso torne os produtos muito caros aos consumidores? Ao questionarmos sobre esta situação, o Sr. Sérgio Lopes (2002) argumentou:

O produto ecológico não deve valer mais do que os outros. Produzir um produto ecologicamente correto é mais barato. Explico melhor isso: se sou um produtor tradicional uso o insumo, adubo, inseticida, fungicida. O que está acontecendo é que estrago minha saúde, minha terra, minha água e ainda pago por tudo isso. Quando saio dessa conduta e mudo para a cultura alternativa, não uso mais adubo, não uso mais inseticida, nem fungicidas etc. O que ocorre? Eu e minha família melhoramos nossa saúde, juntamente com a saúde de minha terra, água e até dos produtos que planto e consumo. Então, aí já comecei a ganhar, já não vou gastar tanto com farmácia, nem dando dinheiro às empresas na compra de adubos, inseticidas, herbicidas nesse sistema tecnológico errado. Então se tenho um trabalho com tratamentos culturais correto e de forma equilibrada, minha produção vai melhorar.

Nesse sentido, se vê que a qualidade do produto forja um novo padrão de consumo, mas também produtivo. Então, perguntamos, como operacionalizar isso em termos de práticas no mercado local? Explicou o referido entrevistado:

Em nossos produtos, no RECA, sempre tentamos colocar a um preço maior porque é um produtor de mão-de-obra familiar, não tem exploração de mão-de-obra infantil, e é um produto que o lucro é dividido e é ecologicamente sustentável e porque são de SAFs. Aí a gente procura trabalhar sempre com a concepção de produtos orgânicos e estruturados. Sei que quando chegar ao mercado o cupuaçu nosso e o dos outros

produtores terão pouca diferença. Então, **para ampliar espaços no mercado** (grifo meu) temos que concorrer com o preço também. Aí vamos ganhar mercado pelas condições de produção, em que se usufruir o máximo da capacidade natural do solo e de sua auto-sustentação. Mas como o produto orgânico oferece mais qualidade, também posso ganhar no preço. Então acho que este viés de trabalhar só pensando no preço maior não é muito sustentável. Você sabe o que pesa na hora que bater no bolso, ainda mais na crise em que vivemos! Tem nicho de mercado que paga 5%, 10% ou mais por estes produtos, mas se quisermos atingir o mercado em escala maior, temos de ter além da qualidade, condições de concorrer pelo preço.

Qualidade, preço, ganhos e acessibilidade são parâmetros para o mercado. Então, o desafio maior, apontado pelas lideranças, tanto dos movimentos sociais como de alguns setores governamentais engajados nas questões mercadológicas é atuar sob tais perspectivas de atendimento ao mercado em escalas diferentes. Porém, não vemos isso como algo unânime, sobretudo em meio aos dirigentes estaduais.

Ainda, há também produtos oferecidos por organizações coletivas que excedem a média cobrada pelos mesmos no comércio local. Vimos exemplos disso em viagem recente que fizemos a algumas dessas localidades (maio de 2004). Numa primeira situação, houve o caso de ½ Kg de castanha-do-brasil cristalizada, no seringal Cachoeira (interior de Xapuri), ter sido vendida por R\$ 15,00 (por família camponesa local); no mesmo dia, na cidade de Senador Guiomard, a mesma quantidade do produto, em embalagem mais adequada e padrão de apresentação semelhante, encontramos para a venda ao preço de R\$ 7,00 (no comércio local). Noutra situação, vimos que na CAPEB 1 Kg de Castanha-do-brasil descascada custa R\$ 16,00; no comércio de Rio Branco, é possível comprar a R\$ 10,00 o produto, também em boa qualidade. Aqui, não temos elementos para questionar quais os valores de custos embutidos na produção dos produtos (em condições comparativas), mas a disparidade de preço limita a circulação dos produtos das organizações no mercado local.

Mas então qual a escala de destino da mercadoria? Considerando as situações apontadas, podem ser diversas. Por outro lado, sua dimensão de incorporação de múltiplos significados na formação do valor dessa mercadoria (o que aponta para muito além do “trabalho” como único formador do valor), define-se por mercados específicos (ainda que sejam “nichos”), em uma escala de circulação quase sempre dimensionada com a exportação, seja em nível nacional ou global. Todavia, isso tem limitações, como salientou, a partir de experiências próprias, um dirigente do Projeto RECA: “É uma ilusão achar que a exportação é um filão de ouro. É muito complexa e seus custos são altíssimos e o lucro é pequeno.

Exportação é só para quem é altamente especializado, por que senão o cara trabalha sempre na saia justa”.

Por isso, acreditamos que podemos reafirmar que a escala local, sem negar outras possibilidades, é indiscutivelmente a dimensão socioespacial e econômica que poderá promover equilíbrio aos projetos produtivos regionais na circulação de seus produtos. Aí, podemos então até falar de uma sustentabilidade de mercado local, sobretudo em nível de ações das organizações coletivas e comunitárias. Todavia, pode-se ganhar socialmente com as impressões que estas organizações deixam impregnadas na sociedade, em que localizam suas bases de ações, dando vazão para sua produção e oferecendo produtos a preços mais acessíveis.

Vejamos agora como isso se apresenta no âmbito do território estudado.

#### **14.7 As visões da sociedade sobre as organizações: base de análise**

O significado de uma organização é medido também pelo impacto que causa no lugar em que estabelece sua sede, de onde projetam suas ações. Vimos que no contexto dos movimentos sociais e das ações do “Governo da floresta”, as organizações coletivas e comunitárias tiveram, e ainda tem, um papel de significante adicional nos projetos e políticas agrárias que se direcionam para o campesinato, seja seringueiro, colono agrícola, agrossilvicultor ou agroextrativista. Há, portanto, uma intrínseca interação constante na produção do espaço, seja ele visto sob a ótica do *rural-urbano* ou da *cidade-campo-floresta*. Então, as impressões que manifestam na cidade se refletem na sustentação produzida pela inserção dessas organizações nas dimensões sociais para além do embate político e da busca de mercado.

Mas como essa sociedade cidadina, na qual se localiza as sedes dessas organizações vê e as sente em seus espaços vivenciais? A resposta somente pode ser apreendida com uma análise de situações que marcam a visão de quem aí vive. Nesse sentido, procurando apreender tais significados, efetuamos uma pesquisa em quatro das cidades acreanas, nas quais se localizam as sedes das mais expressivas organizações camponesas no Acre: Sena Madureira, Brasiléia, Xapuri e Cruzeiro do Sul. Além desse critério, a definição do local da pesquisa foi baseada na abrangência do território estadual acreano, em face de serem áreas prioritárias de aplicação das políticas públicas do “Governo da floresta”. Também, dadas as condições de transporte local, não foi possível o retorno a cidade de Feijó, que poderia ser uma daquelas a preencher os critérios mencionados.

Nos demais municípios, como já ressaltamos, devemos considerar que: em Plácido de Castro a organização local, como está parada a mais de dois anos, não é representativa; em Tarauacá, ainda a organização associativa estando presente, não é percebida como uma entidade de luta independente do STR, e sua expressão é pouco percebida e confundida com a figura institucional do STR local. Já em Rio Branco, a COOPEC, dada a sua condição de rearticulação, ainda mesmo no bairro onde está localizada a sede, é vista mais como uma extensão da Secretaria de Produção (o “armazém do cais”), do que como uma instância de luta social independente. Já em Boca do Acre (que a organização também está semidesativada) e em Nova Califórnia, estão fora do território de ação do Governo acreano. Todavia, no segundo caso, temos de admitir que no aglomerado populacional em que se localiza a sede do RECA, em Vila Nova Califórnia, são por demais perceptíveis as impressões da organização quer sejam diretas (sobre os associados e trabalhadores da agroindústria), ou indiretas (através da compra de produtos e até na expressão de imponência da instalação da fábrica no lugar), fazem-se presentes no cotidiano da população local, no sítio da vila em processo de expansão territorial sob base de um espaço *urbagrário* produzido.

Dado o caráter de uma pesquisa qualitativa como esta, no critério de análise consideramos o significado das respostas como expressão representativa da temática (p.e., na repetição das respostas), no que se expressou o conteúdo das marcas das associações e cooperativas já qualificadas no espaço social da cidade. Assim, procedemos a um levantamento (enquete) com pessoas em diversas faixas etárias, de vários seguimentos profissionais: professores, estudantes, funcionários públicos gerais, mecânicos, serventes de serviços gerais, vendedores, camponeses, religiosos, comerciantes, donas de casa, militares, instrutores de trânsito.

Das 159 (cento e cinquenta e nove) pessoas entrevistadas, 92% são de naturalidade acreana. E 60% sempre moraram na área urbana dos respectivos municípios; o restante, divide-se em: 20% que são migrantes nascidos na zona rural do próprio município; 12,5 % vieram de cidades e áreas rurais de outros municípios acreanos; e 7,5 % vieram de outros estados. Dentre os migrantes de outros estados estão pessoas que vieram de Rondônia, Amazonas, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. De certa forma, isso expressa características da dinâmica populacional acreana, na qual a presença do elemento social originário da própria região ainda é predominante. Todavia, já demonstram também que os processos de mobilidade interna da população não atingem apenas os trabalhadores camponeses locais, mas também aqueles que chegaram mais recentemente.

É nesse universo social que analisaremos as impressões das organizações cooperativistas e associativistas do *campo* e da *floresta* em sua expressão no vivido das cidades. Vemos isso como uma preocupação fundamental, pois como dimensões contínuas do espaço produzido, a autonomia de uma organização coletiva passará também pelas relações de apoio que se constituem em nível local. Será nesse âmbito territorial que poderão construir bases para uma *rede solidária* como expressão da *auto-sustentabilidade do negócio coletivo*, sobretudo em suas exposições de mercado. Isso nos leva a perguntar: tendo essas organizações a expressão demonstrada até aqui, como isso se reflete em impressões na sociedade que convive com suas sedes comerciais e administrativas? Vejamos o Quadro 15:

**Quadro 15:**  
**Espectros da impressão das organizações na cidade sede**

Local da Pesquisa	N.P.	Conhece a cooperativa ou Central de associação local?						Já fez compra no armazém desta organização?					
		Sim		Não		N.R.		Sim		Não		N.R.	
		N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Brasília	42	25	59,5	13	31,0	4	9,5	20	47,6	21	50,0	1	2,4
Sena Madureira	41	32	78,1	9	21,9	0	0	14	34,3	25	60,9	2	4,8
Cruzeiro do Sul	37	8	21,6	26	70,3	3	8,1	2	5,4	32	86,6	3	8,1
Xapuri	39	29	76,4	5	12,8	5	12,8	23	59,0	12	30,7	4	10,3

**Fonte:** Pesquisa de Campo, Silvio S. da Silva, 2002. Legenda: N.= números absolutos; % números relativos; N.R.= Não responderam; N.P. = número de pessoas pesquisadas.

Percebe-se que, excetuando a área de ação da CASAVAJ (de Cruzeiro do Sul), nas demais há um índice razoável de conhecimento da organização. Isso demonstra um primeiro impacto que expressa a articulação dessas organizações no âmbito da produção do espaço das cidades. No caso de Cruzeiro do Sul, temos que considerar a estrutura de funcionamento da cooperativa descentralizada e o fato de ser recente (embora isso não seja determinante) como justificativa para sua pouca projeção. Além disso, como trabalham com apenas um produto básico, a farinha-de-mandioca, e não oferecem um “armazém de compra e venda”, como ocorre nas outras situações, suas ações permanecem desconhecidas. Por outro lado, nos demais municípios, nota-se que o maior índice de conhecimento se relaciona ao tempo de atuação da organização, a sua articulação com o movimento sindical, com a Igreja e com os partidos políticos, e a condição de atuar como mercado (o já referido “armazém”) de compra e venda de mercadorias etc.



Quando a questão é a compra de produtos, há uma grande quantidade de pessoas que opta por não responder. Vejamos as informações nos dois quadros a seguir (Quadro 16 e 17):

**Quadro 16:**  
**Principais produtos adquiridos das cooperativas no comércio local**

Local	Quais os produtos que comprou lá?
<b>Brasília</b>	Arroz, Feijão, farinha, castanha, Milho, estivas, verduras, peixes, castanha-do-brasil (faço a feira)
<b>Sena Madureira</b>	Arroz (++), feijão (++), farinha (+), milho
<b>Cruzeiro do Sul</b>	Farinha
<b>Xapuri</b>	café, açúcar (+), arroz (++); feijão (+); farinha (++); milho (+), óleo (+), mel de abelha, castanha-do-brasil, sapato de seringa (++)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

**Quadro 17:**  
**Resposta a pergunta: quando vai fazer compra prefere adquirir**

Alternativa	Local							
	Brasília		Sena Madureira		Cruzeiro do Sul		Xapuri	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
<b>a) – Produtos da região</b>	<b>33</b>	<b>78,6</b>	<b>27</b>	<b>65,0</b>	<b>23</b>	<b>62,2</b>	<b>34</b>	<b>87,2</b>
<b>Por que?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ São novos, naturais, com menos conservantes e mais saudáveis (iiii).</li> <li>➤ Porque o excesso de agrotóxico dos produtos de fora prejudica nossa saúde (iii).</li> <li>➤ São mais baratos, de boa qualidade e confiável na hora de consumir (iiii).</li> <li>➤ Para valorizar nossos produtos (iii).</li> <li>➤ É uma forma de ter mais dinheiro circulando no município (i).</li> <li>➤ Produz lucro, faz circular dinheiro e valoriza a localidade e o município (iii),</li> <li>➤ Para ajudar e valorizar os trabalhadores que estão organizados, são produtos de boa qualidade (ii)</li> </ul>							
<b>b) – Produtos de fora</b>	<b>1</b>	<b>2,4</b>	<b>10</b>	<b>24,3</b>	<b>12</b>	<b>32,4</b>	<b>2</b>	<b>5,1</b>
<b>Por que?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ São de melhor qualidade (iiii)</li> <li>➤ Depende do que os produtores daqui oferecem no mercado (i).</li> <li>➤ São mais práticos (i).</li> <li>➤ Às vezes são mais baratos e tem maior variedade (ii).</li> <li>➤ A produção regional não oferece os produtos que precisamos (i)</li> </ul>							
<b>c) – Não responderam</b>	<b>8</b>	<b>19,0</b>	<b>4</b>	<b>9,7</b>	<b>2</b>	<b>5,4</b>	<b>3</b>	<b>7,7</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Obs: (iiii) = Comum a todos lugares pesquisados; (iii) = Três lugares pesquisados; (ii) = Dois lugares pesquisados; (i) = Um lugar pesquisado.

Vemos que a expressão maior ocorre na diversidade de produtos oferecidos no mercado. Nas cidades que possuem armazém, a diversificação de produtos oferecidos é maior e, conseqüentemente, são mais procurados. Já em Cruzeiro do Sul, o produto único da CASAVAJ é comercializado via distribuição feita pela cooperativa aos supermercados locais.

A primeira conclusão que tiramos é que a atividade comercial diretamente da organização na cidade amplia o reconhecimento desta. Contudo, no que se refere a um sentimento de solidariedade ou de comprometimento dos cidadãos com a luta dos camponeses, é algo pouco notado. Então, embora sabendo que é a função mercantil predominante, notamos que esta não é exclusiva, como representamos (Cf. Quadro 17):

Nota-se que para os moradores da cidade, a preocupação com a qualidade do produto consumido está entre as duas alternativas mais apontadas, aparecendo em todos os lugares pesquisados. Sendo que, na primeira situação, estão aqueles que, mesmo alegando não conhecer a realidade dessas organizações, acreditam na qualidade “ecológica” do produto e dos resultados benéficos que este pode trazer. Na segunda situação, a qualidade também é justificativa para os que preferem adquirir produtos vindo de fora, mas aqui trata-se da questão estética da mercadoria. Sem dúvida, vemos um despertar para a questão da qualidade do que é produzido e consumido. Assim, as relações de produção e de consumo se entrecruzam em dimensões simbólicas da economia de troca estabelecida – são os “mitos”, significações (novas e velhas) que encorparam a concepção social do *valor mercadoria* dos produtos. Então, certas opções são também discursos da ideologia burguesa que trazem para a percepção e preocupação social cotidiana seus valores e ideais de consumo.

O mais importante é que, na questão da maior ocupação do mercado local com produtos das organizações, fica claro que é algo possível e almejado não apenas pelas cooperativas, mas também pela sociedade. Sendo que para isso, além da qualidade que pode ser capitaneada para garantir mais espaço no mercado, há necessidade de ter preço e diversidade. Além disso, a preocupação com o fortalecimento do desenvolvimento territorial do lugar e com a circulação de capitais e mercadorias é bem vista no mínimo em três dos lugares pesquisados. Isso deixa claro a consciência do papel social das organizações.

Se compararmos esta situação com o primeiro Quadro 15, veremos que embora nem todos conheçam as organizações, há uma boa aceitação de ações possíveis que estas venham a desenvolver. Então, não vemos contradição nas opiniões expostas com coerência nos raciocínios interpretativos que estamos acrescentando.

Já no Quadro 18, expomos as impressões dessas organizações no vivido das cidades. Nota-se que de quatro a cinco décimos das pessoas estão desinformadas ou optaram por não responder. Isso demonstra a coerência com o que mostramos anteriormente a respeito de não conhecer as organizações (Cf. Quadro 15). Dentre as respostas obtidas no que tange aos preços praticados nos armazéns das organizações coletivas relacionados ao mercado local, estes são vistos como variando entre mais barato ou igual ao preço corrente na praça

comercial da cidade. Todavia, não estamos tratando apenas de produtos regionais, mas de outros ramos industrializados vindo de fora, o que coloca em contato diferentes escalas mercadológicas (internas e externas) no âmbito do consumo das organizações, o que certamente nos leva a pensar sobre qual o papel dessas organizações em ter um núcleo de abastecimento geral, tais como armazéns abertos para todos. Não seria mais viável trabalhar em cima de seus produtos apenas? Basta salientarmos que, apesar da concorrência no âmbito geral do comércio local, a diversidade de produtos é também uma estratégia de venda. Com isso entendemos que, p.e., se oferecerem apenas um produto (farinha-de-mandioca, arroz, ou ainda castanha-do-brasil) o poder de atratividade será pequeno. A diversificação é uma questão de sobrevivência do negócio, mesmo que para isso necessitem estabelecer regras especiais de comercialização aos associados e aos não-associados.

**Quadro 18:**  
**Impressões socioeconômicas das organizações coletivas**

Alternativas	Local			
	Brasília	Sena Madureira	Cruzeiro do Sul	Xapuri
<b>Os preços praticados nos armazéns das organizações relacionadas ao mercado local são:</b>				
Mais caro	0	1	1	1
Mais barato	10	7	7	9
Varia de um produto para outro	17	1	7	23
Igual	1	7	1	4
Não responderam	14	21	21	2
<b>Você acredita que estas organizações são:</b>				
Boas para os associados	10	3	3	12
Boas para todo o município	11	4	4	7
Boas - pois geram impostos	0	1	1	1
Boas - valorizam o produto regional	23	6	16	22
Boas - somente para os dirigentes	3	1	1	1
Ruim - prejudica o comércio local	0	0	0	0
Sem importância para nós da cidade	0	0	0	0
Estou desinformado	14	16	16	5

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2002. Obs: Nessa questão admitia-se mais de uma resposta por entrevistado

Ao considerarmos sobre como são vistas, há uma unanimidade em rechaçar qualquer idéia de negatividade dessas organizações. Assim, vê-las como boas para o lugar, expressa as marcas de seu papel no desenvolvimento social dos associados e do município e na valorização do produto regional. Há, portanto, créditos depositados na capacidade destas serem mecanismos de promoção socioespacial do desenvolvimento, a partir da dimensão territorial em que se localizam. O destaque para a preocupação com o produto regional

demonstra a visão da necessidade de termos *algo mercadológico* que garanta espaços para a produção local em qualquer que seja a escala comercial visada.

Por outro lado, apesar de pouca expressiva, há também a visão de que estas organizações são boas apenas para os dirigentes, demonstrando a desconfiança, o desconhecimento e até as representações da fragilidade de valores morais da sociedade, transpostas para tais iniciativas. Acreditamos que tanto os pontos positivos quanto os negativos demonstram a necessidade dessas organizações trabalharem mais sua imagem e sua importância em nível local.

Ainda com relação a tais impressões, 57,8 % dos entrevistados demonstraram acreditar que estas organizações geram empregos também na cidade. Porém, o restante não acredita que estas possam ser uma estratégia de geração de emprego “urbano”. O que demonstra ainda que a absorção dos vínculos entre as diversas dimensões do espaço produzido (como *rural/urbano, cidade/campo/floresta*), apesar de ser vivenciado no dia-a-dia (p.e., morando na cidade e trabalhando no *campo* ou na *floresta*), é pouco perceptível aos moradores da cidade. Isso, ao nosso ver, demonstra a sobreposição dos valores de uma sociedade agrária ao espaço produzido geral, em que se espera do desenvolvimento agrário uma “alavanca” para o processo integral da sociedade.

Aos que responderam que as organizações geram empregos na cidade, perguntamos se sabiam quem eram essas pessoas empregadas e, então, obtivemos 21,4% que acreditam que pode ser empregada qualquer pessoa, 39,6% estão desinformados da questão, 11,3 % dizem acreditar que para ter emprego as pessoas têm que ser parentes dos dirigentes ou “ter uma estrela partidária (PT) no peito”, 2,5% acham que apenas quem vem do *campo* ou da *floresta* obtém esses empregos (com referência à vinda dos associados para trabalharem na sede cooperativa). Novamente o universo de representações se faz presente, mas o ponto fundamental é que já não vêem as organizações como instrumentos de luta de uma classe social, enxergando-as como iniciativas coletivas, mas desvinculando-as do contexto de luta de classes que também representam; então, a representação social é vista no âmbito de políticas de desenvolvimento tal qual outra medida qualquer. Daí, a significação partidária, no âmbito dos mecanismos de apoio e parcerias firmados com o “Governo da floresta”, ganha maior representação do que a firmação dessas organizações como um instrumental de luta e de edificação social construída pelos camponeses no âmbito da sua representação como classe trabalhadora em si.

Para completar, no Quadro 19 expomos as respostas à questão em que pedimos que falassem sobre o que pensam dessas organizações. A primeira impressão que

fica é que, entre os que conhecem as experiências, as menções de confiança são predominantes. As desconfianças, apesar de aparecerem em razoável número, em geral não se repetem na mesma menção em mais que dois municípios (com exceção de uma).

**Quadro 19:**  
**Fale o que vocês pensam destes trabalhadores e suas organizações**

Menções de confiança	Menções de desconfiança
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Bom porque os associados não pagam transporte de seus produtos quando vem para cidade (ii).</li> <li>➤ É uma forma de organizar, lutar e reivindicar por aquilo que fazem e por seus direitos na sociedade local e na cidade (iiii).</li> <li>➤ São trabalhadores disciplinados que valorizam seu trabalho e nosso produtos regionais (iiii).</li> <li>➤ É a principal forma dos trabalhadores exporem produtos regionais e assim, todos nós ganhamos (ii).</li> <li>➤ Com essas organizações eles se unem para vender seus produtos, atender as pessoas que os procuram, tendo mais ganhos (iiii).</li> <li>➤ É muito bom beneficia a trabalhador acreano e ajuda-o no aumento de sua renda familiar e da comunidade rural em geral (iii).</li> <li>➤ Divide a riqueza e desenvolve o município e melhora a qualidade de vida dos trabalhadores (iiii).</li> <li>➤ Exercem papel importante na sociedade organizando, aproximando e integrando os agricultores (i).</li> <li>➤ Assegura as safras evita o desperdício do que se produz.</li> <li>➤ Participam de cursos, palestras, reuniões – onde decidem tudo que precisam (ii).</li> <li>➤ São associação que se formaram via o trabalho dos STRs (i).</li> <li>➤ Demonstram que unidos são fortes e podem se cuidar do individualismo, resolvendo seus próprios problemas (ii).</li> <li>➤ É uma organização para sair do patrão e da opressão sofrida (i).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Não sabem reivindicar, pois não tem conhecimento para isso (iii).</li> <li>➤ É bom entre eles bom. Mas aqueles que não são associados, quase não têm direito a nada, por isso é sem importância para a comunidade da cidade (ii).</li> <li>➤ Organizam-se para trabalhar, pois não conseguem um emprego (i).</li> <li>➤ Apenas serve devido a carência e emprego e o descaso do serviço público (ii).</li> <li>➤ Muitos trabalhadores deixam se manipular pelos dirigentes (i).</li> <li>➤ Atrasa o salário e pagamento de quem trabalha lá (i).</li> <li>➤ Organizam-se apesar de opiniões divergentes (i).</li> <li>➤ Sabem muito bem se organizarem, pois rápidos se arrumam (i).</li> <li>➤ Os dirigentes entram pobres e saem bons de dinheiros (ii).</li> <li>➤ São organizações compatíveis com o sistema em que vivemos (i).</li> <li>➤ Sempre vão a falência e o trabalhador só fica “chupando o dedo” (i).</li> </ul>

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2002. Ob.s: (iiii) = comum a todos lugares pesquisados; (iii) = três lugares pesquisados; (ii) = dois lugares pesquisados; (i) = um lugar pesquisado.

Quando nos referimos a “menções de confiança e de desconfiança”, fazemos isso porque, na segunda situação referida, não as vemos como impressões negativas. Vemos sim como significações da incerteza que passam a fazer parte da forma com que as pessoas vêem as organizações e as confrontam com suas experiências vividas. Quando mencionam que “estes trabalhadores não sabem reivindicar, pois não tem conhecimento suficiente” (que foi o que mais apareceu como menção de desconfiança), demonstram uma tendência de parte da sociedade em desvincular o sentido dessas organizações do contexto da luta em que se inserem; então, p.e, não vendo o sentido da luta, vêem apenas o problema

conjuntural da falta de escolaridade. Assim, condicionam-nas à questão destas vincularem a promoção social como um produto exclusivo da educação escolar; o que se configura um conceito burguês e alienado, que visa negar o sentido da luta de classe presente como motor de ganhos e transformações sociais (inclusive na educação), pois, nesse contexto, a educação (no sentido mais amplo que o escolar) é no mínimo o veículo daquilo que a luta (de classe) é o motor.

Ainda temos de considerar que, no tocante às desconfianças, vemos que a idéia de que essas organizações devam ser um veículo de promoção social geral provém da perspectiva de que sejam instrumentos gerais de socialização de ganhos. O que na verdade não está proposto nos estatutos e nem nos ideais cooperativistas, nos quais fica bem claro que suas finalidades são de primeiramente promover ganhos sociais aos associados. Indiretamente, esses ganhos poderão atingir outros seguimentos sociais (p.e., nos preços mais acessíveis, na diversidade de produtos, na maior circulação de capitais, na venda do produtor direto ao consumidor, na geração de empregos etc.). Daí a naturalidade de alguém que mencionou serem organizações compatíveis com “o sistema em que vivemos”. Então, se compreende que este cooperativismo, também, somente se apresentará como dimensão revolucionária (o que, sobretudo, a intelectualidade quer ver de toda maneira), num amplo projeto social educativo (o que na realidade nunca aconteceu). Excetuando isso, na ótica de *ser revolucionária* que, em geral, queremos vê-la, em tal perspectiva o que se tem é um instrumental atenuante dos conflitos de classe. Na prática, para o associado, vimos que ela pode ser um importante instrumento de resistência, de auferir ganhos aos associados, de gerar reciprocidade à sociedade em geral etc; nisso vemos rastros de um projeto camponês revolucionário para si.

Vemos que as menções de desconfiança devem conduzir, sobretudo os dirigentes dessas organizações e de órgãos de apoio (referimo-nos, em especial, às ações do “Governo da floresta”), à necessidade de serem trabalhadas para se criar uma “cumplicidade social”. Então, essa “cumplicidade” deverá se assentar sobre pontos que se concretizem localmente no Acre, como território de ação sob laços de solidariedade para além do universo social do associados. Nisso a “des” “confiança” mencionada encontra sentidos plenos, embora isso tenha que ser visto numa compreensão do que ocorre no campo do exercício da alteridade – individuais, coletivas e, às vezes, até social.

Por outro lado, as menções positivas refletem as perspectivas que viemos apresentando. Assim, a “imagem” construída ajuda plenamente a compreensão da união de força, da luta para ganhar espaços, da dimensão mercadológica etc, como estratégias de ações,

mas também como manifestações dos embates presentes. Todavia, parece-nos que as marcas fundamentais já constituídas relacionam-se com as condições a serem apreendidas como formas de promover o desenvolvimento regional, tanto numa dimensão do social como do territorial (é claro que num plano explicativo, pois numa apreensão dialética do processo, estas categorias não podem ser vistas separadamente).

Portanto, há um universo de considerações que nos leva a refletir sobre as possibilidades reais de construir a partir da organização coletiva outras estratégias de viabilização da produção camponesa na Amazônia-acreana. Nisso, talvez, possamos fixar princípios para pensarmos outra sociedade nos trópicos, ainda que de início tenhamos de refletir no *campo das possibilidades*, perante as vertentes políticas externas que têm implicações diretas nos lugares.

Com isso poderíamos parar por aqui. Há, porém, ainda uma questão relacionada à realidade agrária acreana, no contexto amazônico que, ao nosso ver, é também marcado por espectros de mudanças em nível regional amazônico brasileiro. Referimo-nos aos fomentos à produção camponesa (que na verdade tratam-no para a “produção familiar rural”). Vejamos a seguir:

#### **14.8 Ações de fomentos: os programas e seu alcance.**

Desse ponto de vista, temos a destacar dois agentes de fomentação na região: o Governo Federal, através do BASA – Banco da Amazônia (apesar de outros bancos também disporem de programas); e o próprio Governo Estadual.

Como reivindicação de instituições que representam forças produtivas amazônicas, já a partir do final da década de 1980, em nível federal, algumas linhas de créditos foram efetivadas especialmente para a Amazônia. Destaca-se o FNO – Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte, criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado em 27/09/89 pela lei 7.827. Tem como finalidade contribuir para o “desenvolvimento sustentável” econômico e social da Região Norte, com financiamentos de programas direcionados a atividades produtivas nas áreas ecológicas, sociais, tecnológicas e econômicas em setores produtivos rurais, industriais e de turismo (BASA, 2002).

No que se refere às atividades no espaço agrário, conforme o “Relatório de Gestão do FNO 2002” (BASA, 2002), houve os seguintes programas, aos quais podemos caracterizá-los em quatro seguimentos:

➤ **De fomentos para a produção agrícola.**

Destacam-se: PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; e PRONAF/PRORURAL – Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada.

➤ **De fomentos para a produção extrativista.**

Podemos destacar: PRONAF/PRODEX – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (FNO Especial); PROFLORESTA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal; PROSUMAM – Programa de Apoio a Conservação e Sustentação do Meio Ambiente; e PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional.

➤ **De fomentos para a agroindustrialização da produção familiar**

Destacam-se: PROMICRO (FNO Especial) – Programa de apoio às micro-empresas; PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Industrial; e PROAGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria.

➤ **De fomentos para infra-estrutura e comércio**

Aqui temos os seguintes programas: PROINFRA – Programa de Apoio à Infra-estrutura Econômica; PROENERG – Programa de Eficiência Energética; e FNO-EXPORTAÇÃO - Programa de Apoio à Exportação.

Cabe ressaltar que, até 1998, o principal programa voltado às categorias camponesas (“Produtor familiar”) era o PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Nos anos seguintes, foi substituído pelo PRONAF. De certa forma, com a mudança de nome dos referidos programas, não houve alteração na perspectiva da linha de crédito, mas houve no conteúdo expreso. Ao mudar o enfoque da questão agrária (pressuposto na “reforma agrária”), passando a focalizar primordialmente a questão da produção e do mercado (pressuposto no conceito de “produção familiar” no projeto do “novo rural” brasileiro), muda-se drasticamente o conteúdo socioespacial contido na política de fomento. Desfocaliza-se possíveis metas de atender a diversidade agrária e procura-se homogeneizar “a tudo e a todos” pela lógica produtiva do mercado, o que justifica a questão, percebida nas reuniões desses camponeses e por nós presenciada, do uso intensivo de um linguajar produtivista por parte das lideranças. Tal situação demonstra que, no âmbito das representações sociais, já há seguimentos que assumem o discurso impetrado em seus espaços vivenciais, por forças propagadoras do “desenvolvimento sustentável” (sobretudo o aparelho estatal e ONGs), sob metas reformistas neoliberais na relação das potencialidades sociais e naturais da região para o mercado. Dessa forma, há lideranças que acham natural que fiquem



apenas no espaço agrário, e aqueles que possuem propósitos de se “capitalizarem”: “só devem ficar na terra quem realmente quer produzir”, expressou um deles.

De forma geral, todavia, para uma primeira aproximação, se pegarmos os dados mais recentes do FNO, no caso de 2002, veremos que houve maior demanda de segmentos produtivos em setores de menor porte.

**Tabela 5:**  
**FNO - Operações efetuadas por porte do beneficiário, Região Norte 2002 (R\$ mil.)**

Porte	Setor						Total	
	Rural		Industrial		Comercio e serviços			
	Nº OP. (%)	VALOR (%)	Nº OP. (%)	VALOR (%)	Nº OP. (%)	VALOR (%)	Nº OP. (%)	VALOR (%)
Mini/micro	84,77	30,17	6,65	0,49	18,42	3,63	81,64	19,26
Pequeno	4,24	7,25	15,27	4,96	50,00	29,92	5,18	8,01
Médio	9,61	39,63	15,52	19,06	30,53	61,03	10,06	34,64
Grande	1,33	22,71	62,56	75,49	1,05	5,42	3,09	37,95
Cooperativas	0,04	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: BASA (2002)

Tais situações evidenciadas se relacionam à prioridade das alocações de verbas pela instituição financeira gerenciadora do referido fundo, mas sobretudo da capacidade de articulação política tanto de representantes de cada estado como de seguimentos organizados dos trabalhadores familiares rurais amazônicos. Quando nos referimos a esta questão da participação dos trabalhadores, fazemos com base em depoimentos de suas lutas por créditos rurais ou até mesmo na afirmação de lideranças de que tais linhas eram “vitórias de suas manifestações no confronto da luta” (OLIVEIRA, 2003). Vemos rastros de múltiplos agentes que, por trás de tais situações, representam a distribuição, conforme os “portes” que obtiveram de tais benefícios, sob as linhas do PRODEX, PRORURAL, PRONAF e PROMICRO. Conforme o BASA (2002), tal demanda é explicada, mormente, pela existência de condições especiais em que contemplam respectivos segmentos de produtores, destacando-se: prazos de carência e de pagamento; redução nos encargos financeiros, cuja variação ocorre de acordo com a modalidade do crédito e a natureza da atividade contemplada pelos programas de crédito; sistema de garantias; e limite máximo financiável (até 100% dos planos de negócios).

Há, todavia, um aspecto não correlacionado. Se considerarmos o número de operações realmente, tal situação é expressiva. Porém, a marca que fica impregnada nessa

tabela é que os beneficiários de porte médio e grande que representaram a minoria das ações operadas, ou seja, 14, 45%, obtiveram alocação de 72, 6 % do valor em recurso depreendido. Se juntarmos a isso a baixa participação de organizações coletivas que, em geral, representam o campesinato, veremos que há uma situação impressa que nega a prioridade institucional para a “produção familiar”.

Outro demonstrativo dessas expressões e impressões na região Norte pode ser notado na tabela 6. Nessa tabela, apresentamos uma evolução de aplicação do FNO, considerando o porte do beneficiário e os dois setores produtivos mais representativos no que se refere à produção do agrário regional.

**Tabela 6:**  
**FNO: operações efetuadas por porte de beneficiários - nov/1989 a dez/2002 ( R\$ mil.)**

Porte do beneficiário	RURAL		INDUSTRIAL		TOTAL			
	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	%	VALOR	%
Mini/Micro	144.662	2.884.906,6	685	71.506,4	145.347	89,64	2.956.413,1	37,64
Pequeno	8.470	1.065.138,5	656	546.334,9	9.126	5,63	1.611.473,4	20,52
Médio	5.198	1.153.000,1	362	448.818,1	5.560	3,43	1.601.818,2	20,39
Grande	1.424	699.410,5	561	935.973,1	1.985	1,22	1.635.383,6	20,82
Cooperativas	131	46.031,3	2	3.072,1	133	0,08	49.103,5	0,63
<b>TOTAL</b>	<b>159.885</b>	<b>5.848.487,0</b>	<b>2.266</b>	<b>2.005.704,7</b>	<b>162.151</b>	<b>100,0</b>	<b>7.854.191,7</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** BASA, 2002. Obs.: Com base em valores cambiais de dez./2002, US\$1,00 = R\$ 3,5333(BASA, 2002)

Conforme o **BASA** (2002), essa distribuição decorre, especialmente, das condições operacionais diferenciadas de tratamento aos minis e pequenos produtores e micros e pequenas empresas. Também ocorre pela política de alocação de “recursos que, adotados pelo Banco, direcionam um volume maior para esses segmentos, apoiando, dessa forma, as atividades produtivas desenvolvidas pela pequena produção, em especial, as de base familiar”, afirmam no referido relatório. O que já vimos ser algo um tanto duvidoso.

Vejamos: para averiguar a finalidade geral dos recursos de fomentos gerados pelo FNO, ao longo dos quatorze anos representados acima, vamos comparar novamente a situação entre beneficiário de “mini/micro e pequeno” e “médio e grande”. Com relação ao número de operações, os beneficiários de portes “mini/micro e pequeno” movimentaram 97,27% das operações, com 57,16% do valor dos recursos contratados. Já no que tange ao número dos beneficiários de portes “médios e grandes”, estes movimentaram 4,65% das operações, com um volume de capitais alocado de 41,21%. Já as organizações

coletivas se consumaram com uma ínfima participação que sequer chegou à casa do 1,0% em ambos os quesitos considerados. Portanto, sob o ponto de vista alegado pela instituição financeira, de que havia uma prioridade institucional na alocação de créditos para a “pequena produção”, sob o prisma dos quesitos considerados, isso é muito duvidoso. Também, sob a ótica de gerar “sustentabilidade”, se esta for entendida como já tratamos, com referência aos sujeitos sociais que produzem esta “pequena produção rural”, também é questionável.

O que os dados nos revelam é a característica de uma priorização à grande produção, a produção capitalista do “agrário”, que foi a marca fundamental durante o Governo FHC (estamos limitando os dados a 2002, portanto ainda não está refletido se houve ou não mudança com o Governo Lula). As variações, quando ocorreram, na Amazônia, foram em nível estadual, mas em decorrência de programas políticos internos, sem, contudo, ter outro direcionamento político que não priorizasse também o mercado sobre a produção, inclusive em território de produção camponesa. Referimo-nos a isso, mesmo naqueles estados que tiveram medidas de apoio mais intensas a esses camponeses trabalhadores familiares, como tem ocorrido no Acre e Amapá. O ponto fundamental das políticas estaduais para a “produção familiar” (na ótica do que é tratado) tem sido montado sobre uma pré-concepção de “organizar e inovar para produzir para e conforme o mercado”.

Agora, na tabela 7, tomaremos como base dois dos anos finais da década passada (1998 e 2000), e um ano referencial da situação mais recente (2002). Nesse recorte temporal, apesar de não ter um caráter de extrema rigidez, tivemos como parâmetro o início do Governo da floresta, com a implantação das políticas de “desenvolvimento sustentável”.

**Tabela 7:**

**Operações contratadas: estados e setor econômico, região Norte - 1998 (R\$ mil)**

ESTADO	Rural		Industrial		Total			
	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	%	VALOR	%
Acre	1.107	7.012.178,28	007	193.955,06	1.114	7,48	7.206.133,34	4,51
Amapá	927	3.590.914,04	001	87.518,84	928	6,23	3.678.432,88	2,30
Amazonas	455	3.382.075,80	008	3.773.110,52	463	3,11	7.155.186,32	4,48
Pará	7.658	75.722.858,37	072	20.653.148,41	7.730	51,93	96.376.006,00	60,33
Rondônia	3.715	29.461.167,10	008	600.596,03	3.723	25,01	30.061.763,13	18,82
Roraima	009	51.425,46	000	0,00	009	0,06	51.425,46	0,03
Tocantins	916	14.410.604,25	003	812.051,47	919	6,17	15.222.655,72	9,53
<b>Total</b>	<b>14.787</b>	<b>133.631.223,30</b>	<b>099</b>	<b>26.120.380,33</b>	<b>14.886</b>	<b>100</b>	<b>159.751.603,63</b>	<b>9,53</b>

**Fonte:** BASA, 1998. Obs: não se incluem na tabela os recursos destinados aos setores de comércio e serviços.

Na Tabela 7, numa distribuição por estados da região norte no ano de 1998, nota-se que o Acre, no “setor rural” (este é um conceito empregado pelo banco), considerando o valor monetário das operações contratadas, ocupava a quarta posição (superado pelos estados de Pará, Rondônia e Tocantins); no setor industrial, ocupava a quinta posição, em valor monetário das operações contratadas (sendo superado pelos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Tocantins). Coube ao Acre uma participação de 4,51% do montante total destinado aos referidos setores na Região Norte. Está claro aí uma situação determinante, segundo a qual o Pará, em ambos os setores, lidera, dada a expressão já consumada de transformação ocorrida no seu espaço agrário produzido e na indústria. Essa situação será semelhante em Rondônia e Tocantins no “setor rural” e no Amazonas no “setor industrial”.

Vejamos a situação no ano de 2000. Temos que considerar que o balanço das operações dos anos de 2000 (Tabela 8) já foi feito no segundo ano de gestão do atual governo acreano. Nota-se uma diminuição do percentual participativo do Acre no quesito do valor montante geral. Todavia, houve um aumento de cerca de quatrocentos por cento, no montante destinado à região como um todo.

**Tabela 8:**  
**Operações contratadas por estados e setor econômico, Região Norte - 2000 (R\$ mil.)**

ESTADO	Rural		Industrial		Total			
	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	%	VALOR	%
Acre	2.546	25.101.270,61	011	1.697.489,87	2.557	8,77	26.798.760,48	3,93
Amapá	386	2.615.817,24	004	2.306.956,95	390	1,34	4.922.774,19	0,72
Amazonas	1.033	11.197.482,25	028	25.474.010,71	1.061	3,64	36.671.492,96	5,38
Pará	10.154	220.147.797,71	249	83.988.077,24	10.403	35,69	304.135.874,95	44,64
Rondônia	8.604	86.519.677,24	050	18.121.361,37	8.654	29,69	104.641.038,61	15,36
Roraima	199	6.246.562,16	005	16.989,68	202	0,69	6.263.551,84	0,92
Tocantins	5.798	146.191.861,56	082	51.625.905,99	5.880	20,17	197.817.767,55	29,04
<b>Total</b>	<b>28.720</b>	<b>498.020.468,77</b>	<b>427</b>	<b>183.230.791,81</b>	<b>29.147</b>	<b>100</b>	<b>681.251.260,58</b>	<b>100</b>

Fonte: BASA, 2000. Obs: não incluem na tabela os recursos destinados aos setores de comércio e serviços.

Continuando, nota-se que o Acre, em números de operações no “setor rural” e industrial é ampliado em praticamente cento e cinquenta por cento, inclusive no âmbito global do número de operações. Do ponto de vista do valor absoluto, em ambos os setores, houve um aumento de mais de 300 %. O determinante da queda na participação global certamente está ligado a: poder de barganha dos estados que tem um setor produtivo rural e industrial mais consolidado; maior articulação do mercado em diferentes escalas produtivas e

de circulação. Contudo, já se observa que no Acre está havendo um aumento da procura pelo crédito rural, como reflexo de políticas estaduais voltadas para setores produtivos, inclusive no beneficiamento (o que está presente no crédito à indústria).

No exercício de 2002, contou-se que houve 14.125 operações de crédito com recursos do FNO, num total de R\$ 604.962,5 milhões, incluindo também os setores de comércio e serviços. No âmbito geral desse universo representativo, o “setor rural” demandou a maior parte dos recursos do Fundo, absorvendo 95,78% das operações contratadas e 62,55% dos recursos alocados, correspondentes à contratação de 13.529 operações de crédito no valor de R\$ 378.426,1 milhões, respectivamente (BASA, 2002). Por outro lado, excluindo os “setores de comércio e serviços”, como fizemos nas tabelas anteriores, teremos:

**Tabela 09:**  
**Operações contratadas por estados e setor econômicos em 2002 (milhões/R\$)**

ESTADO	Rural		Industrial		Total			
	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	%	VALOR	%
<b>Acre</b>	1.433	28.600,3	4	308,9	1437	10,32	28.909,2	5,10
<b>Amapá</b>	307	4.301,6	3	243,4	310	2,22	4.545,00	0,80
<b>Amazonas</b>	1.647	19.601,6	21	16.073,8	1.668	11,96	35.675,4	6,30
<b>Pará</b>	5.040	149.486,3	289	159.111,2	5.329	38,25	308.597,5	54,55
<b>Rondônia</b>	2.092	54.133,8	49	5.021,5	2141	15,36	59.155,3	10,45
<b>Roraima</b>	298	4.597,9	9	762,0	307	2,21	5.359,9	0,95
<b>Tocantins</b>	2.712	117.704,5	31	5.900,1	2743	19,68	123.604,6	21,85
<b>Total</b>	<b>13.529</b>	<b>378.426</b>	<b>406</b>	<b>187.420,9</b>	<b>13.935</b>	<b>100,0</b>	<b>565.846,9</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** BASA/GERAC, (In: BASA, 2002). Obs: não incluem na tabela os recursos destinados aos setores de comércio e serviços.

Num quadro comparativo com os anos anteriores (tabelas de 1998 e 2000), nota-se que o “setor rural”, em 1998, participou com 83,64%; em 2000, com 64,3%; e em 2002, com 66,9% do capital alocado. Já no tocante às operações contraídas em 1998, foram de 99,0%; em 2000, de 98,54%; e em 2002, de 97,08%. Se considerarmos o montante geral de recursos, veremos uma considerável ampliação. Todavia, a tímida redução, com o aumento da participação da indústria (que se relaciona a outros setores), demonstra a maior diversificação produtiva, sobretudo entre “produtores familiares”. Aí entram a participação de pequenas indústrias de beneficiamento (de cereais, produtos extrativos e até madeireiro); essas, em geral, são estabelecimentos de organizações coletivas agrárias de camponeses (florestais ou da lavoura).

Assim, no plano global da distribuição espacial dos recursos por setor econômico, mostrado na tabela, verifica-se que também nesses anos os estados do Pará, Tocantins e Rondônia tiveram ao longo do período uma participação mais acentuada nos recursos alocados. Podemos entender isso, pois além das situações já consideradas, esses estados possuem: áreas de grande expansão agrícola e pecuária; são faixas de transição da fronteira agrícola, pecuária e populacional com a região Nordeste e Centro-Oeste; são áreas de expansão da mecanização e de frentes de povoamentos; têm, nas décadas anteriores, formado uma acentuada população de trabalhadores familiares rurais; e, ainda que no âmbito geral, juntos comportam mais de 50% da população da Região Norte, possuindo vias e circulação, mercado produtivo e consumidor bem desenvolvido, com relação aos demais estados da Região Norte (inclusive com o Acre).

Já o Acre manteve-se na faixa de participação com 10,25% (1.448) das operações e 5,25% (R\$ 31.796.800,00) dos recursos alocados de um total geral de 14.125 operações, num montante de 604.962, 5 milhões de reais (BASA, 2002). Isso significou uma taxa pequena nas operações de crédito, mas uma constante evolução (considerando valores relativos). Percebe-se que, se considerarmos a evolução no montante alocado para a Região Norte e a parcela obtida pelo Acre, veremos que tem ocorrido maior busca por financiamento, também em relação ao percentual de participação em número de operações.

Cabe ressaltar que o Acre foi afetado, no âmbito das transformações produtivas e de uso da terra, nas três últimas décadas (no contexto da fronteira agropecuária), com impactos relativamente menores que outros estados da região. Por isso, ainda no início desse século, conserva grande percentual territorial de floresta original em pé (cerca de 90%, conforme ACRE, 2.000), mas secularmente habitada. No contexto recente das políticas implementadas na reestruturação da produção territorial, isso tem sido uma situação deveras valorizada. Tais características socioambientais foram assumidas por instituições representativas dos camponeses (como STRs, cooperativas, associações, federações de trabalhadores etc.), mas também pela estrutura governamental (do “Governo da floresta”).

Ademais, a imagem da floresta, resguardada por ideais de potenciais produtivos e de vivências que, sob meta de torná-la fonte de recursos não-esgotáveis com a racionalização de seu uso, surgem as propostas de operá-la “sustentavelmente” dentro de sua capacidade de *resiliência natural*, mas *manejada*. Dadas estas características, podemos dizer que tentam aí articular uma “economia sob bases florestais”, em que o camponês florestal tem buscado também linhas de fomentos para suas atividades, sobretudo nas RESEXs e PAEs.

Isso explica o aumento na procura de linhas de créditos rurais voltadas para a produção florestal.

Outro aspecto que podemos considerar é a aplicação dos recursos pelo número de habitantes e por superfície territorial, em nível de região Norte:

**Tabela 10:**  
**Relação da aplicação de recursos por habitantes e extensão territorial em 2002**

Estado	Valor dos Recursos (R\$ mil.)	População (n° de habitantes)	Extensão territorial (Km <sup>2</sup> )	Relações	
				(R\$/Hab.)	(R\$/Km <sup>2</sup> )
Acre	31.796,8	560.611	152.522,0	56,72	208,47
Amapá	6.211,0	480.367	142.815,8	12,93	43,49
Amazonas	42.963,1	2.830.310	1.570.946,8	15,18	27,35
Pará	325.381,4	6.219.628	1.247.702,7	52,32	260,78
Rondônia	66.023,3	1.383.740	237.564,5	47,71	277,92
Roraima	5.689,5	326.738	224.118,0	17,41	25,39
Tocantins	126.897,4	1.161.641	277.297,8	109,24	457,62
<b>Total</b>	<b>604.962,5</b>	<b>12.963.035</b>	<b>3.852.967,6</b>	<b>46,67</b>	<b>157,01</b>

Fonte: BASA, 2002. Obs.: Os dados demográficos do Censo Demográfico/IBGE/2000.

Nota-se que, no ano de 2002, os estados do Tocantins, Acre e Pará foram os mais beneficiados. Isso, no Acre, certamente está relacionado às questões anteriormente ressaltadas (também com relação aos outros estados) e, em especial, ao processo de maior atenção do poder público local aos setores produtivos agrário. Além disso, a maior diversificação produtiva de agentes, inclusive de empresas que passam a operar no estado, com produtos regionais (inclusive, madeireiro), também recebem apoio do Fundo e do Governo Estadual.

Já na distribuição dos recursos com relação à superfície dos estados, o Tocantins, também, é o que mais se destaca, seguido por Rondônia e Pará. O Acre vem em quarto lugar, mas com margem muito mais próxima dos que o precedem do que daqueles que o antecedem. Isso reflete apenas o tamanho dos investimentos, o que no geral é pequeno, porém que os propósitos políticos de desenvolvimento acreano, em grau de apoio não é destoado tanto no universo regional.

Na Tabela 11, mostramos estas impressões a partir de programas contratados para o “setor rural”, no tocante ao número de operações:

**Tabela 11:**  
**Operações por programas – setor rural – de Nov./89 a dez./2002**

ESTADO	FNO – ESPECIAL				FNO		TOTAL	
	PRONAF/ PRORURAL		PRONAF/ PRODEX					
	N.º op.	%	N.º Op.	%	N.º Op.	%	N.º Op.	%
Acre	7.222	9,31	4.374	34,12	3.057	4,25	14.653	9,05
Amapá	591	0,76	302	2,35	3.725	5,20	4.618	2,84
Amazonas	4.761	6,14	1.774	13,84	6.166	8,60	12.701	7,85
Pará	43.261	55,82	6.036	47,10	23.666	32,95	72.963	44,98
Rondônia	16.994	21,92	290	2,27	13.862	19,30	31.146	19,20
Roraima	1.168	1,50	22	0,18	3.336	4,64	4.526	2,80
Tocantins	3.528	4,55	20	0,15	17.996	25,06	21.544	13,28
TOTAL	77.525	100,0	12.818	100,0	71.808	100,0	162.151	100,0

Fonte: BASA, 2002.

No tocante à distribuição por estados, nos principais programas que atingem diretamente o ambiente agrário, tanto a “produção familiar” como não, mantiveram-se as tendências que já vimos anteriormente no âmbito geral da aplicação do FNO. Todavia, há questões específicas que já podem ser notadas: quanto ao “FNO Especial”, no PRONAF/PRORURAL, os três estados que tiveram maiores percentuais de operações foram Pará, Rondônia e o Acre; no PRONAF/PRODEX, foram o Pará, o Acre e o Amazonas. Já no que se refere ao FNO geral, tivemos o Pará, Tocantins e Rondônia. Então já se desenham tendências produtivas do espaço agrário regional nas quais o Pará deixa marcado seu potencial múltiplo para produção agropecuária, extrativa e em outros segmentos produtivos (industrial, comércio etc). Acre e Amazonas demonstram maior tendência a atividades extrativistas, com forte base para a consolidação de produções florestais, sob propósitos da produção camponesa. Rondônia e Tocantins marcam o caráter de estados com forte tendência à atividade agropecuária e em outros setores não extrativistas. No caso do Tocantins, sua participação é ínfima nos programas específicos da “produção familiar rural”. Já em Rondônia e no Acre, temos de considerar que a impressão que deixam com sua participação na alocação de recursos do PRORURAL (que é um programa especial voltado para a “produção familiar” agrícola e pecuária), é a de que por aí se consolidam territórios sob base camponesa.

Além desses programas, tomando agora a questão em nível estadual, no Acre houve outros programas. Destaca-se o PRONAF/Banco do Brasil, que teve, em 1999,



1.615 operações, para um montante de recursos alocados de R\$ 1.787 milhões; em 2000, 1.956 operações para um montante de recursos alocados de R\$ 1.956 milhões; em 2001, 1654 operações para um montante de R\$ 1.654 milhões (ACRE, 2001). O que apenas comprova a tendência que vimos analisando com relação aos dados fornecidos pelo BASA (que é a principal agência de fomentos dessa natureza, na Amazônia).

Todavia, a medida de maior impacto social (não se trata de linha de crédito diretamente), sobretudo numa dimensão de espacialização regional de seus efeitos, veio com os incentivos estaduais. Nesse caso, estamos nos referindo à lei Chico Mendes, que instituiu o subsídio da borracha. Este, embora não seja diretamente uma linha de crédito agrário, tem se colocado, ao nosso ver, como um instrumento fomentador da produção agroextrativista, revigorando as condições do trabalhador florestal de permanecer em suas “áreas”, ao passo que se pode também iniciar o desenvolvimento de outros tipos de atividades produtivas. Estas podem ser a coleta e extração natural da floresta ou a formação de culturas perenes (agrossilvicultura), consorciadas com pequenas lavouras para a auto-sustentação familiar como estratégia de diversificação de atividades. Nisso se depreende um número substancial de atendidos sob benefício da lei, que para o período de 1999-2002<sup>15</sup> foi de 36 organizações coletivas e 6.259 famílias que acessaram tais benefícios no estado (ACRE, 2001).

Há, todavia, uma característica dessa lei que pode ser complicada se nos atermos sob a ótica dos confrontos que norteiam a luta dos movimentos sociais. Essa lei instituiu uma obrigatoriedade da organização coletiva, o que faz as “pessoas” formarem associações não por um ideal de luta, por maturidade e necessidade própria, mas por imposições externas. Daí a função instrutora dos setores e departamentos de cooperativismo e associativismo de algumas secretarias estaduais, como já tratamos. Isso desvirtuou o sentido da *luta na terra* e tem enfraquecido as organizações coletivas, pois o sentido do embate social perde sua condição de processo gerador de autonomia conquistada. Então, o que poderia ter um papel educativo social na dialética da luta por um “governo democrático”, ganha caráter paternalista e alienador ao camponês que vê na associação apenas um mecanismo para acessar os recursos dos subsídios governamentais à produção.

#### **14.9 As marcas no território regional**

O que vimos foi que, ao propósito das ações em âmbito territorial, o movimento de luta na terra e os movimentos sociais rurais, em geral, deixaram reflexos na

---

<sup>15</sup> - Para o ano de 2002, o número é uma estimativa com base nos dados dos anos anteriores, feita pelo Departamento de Extrativismo da SEFE – Atual SEPROF (ACRE, 2001).

produção do agrário regional. Ao serem captados os significados e cooptados partes dos movimentos (os símbolos e lideranças da luta, mas não a luta) para o âmbito da execução do “Governo da floresta”, houve uma ampliação do espaço aos ideais cooperativistas, porém, em certo ponto, também uma alienação da dimensão da luta presente no movimento. Aí residem dimensões de impressões, reciprocidades e imposições. Isso amplia o leque de questões, pois no contexto de possíveis acirramentos ou amenizações das lutas sociais, estas impressões e reciprocidades entram em condições de diminuir ou ampliar as conquistas da *luta na terra*.

Quando nos referimos à dimensão alienante que se toma, tratamos de que na dialética do processo que produz a realidade vivencial, a dimensão criativa e construtora da sociedade emerge de dentro para fora. As lutas de classes são as forças motoras que promovem a construção de experiências mais inovadoras. Então, os processos de resistências se darão como uma emersão do poder criativo endógeno à luta. Já o poder alienante se manifesta quando a força maior representada pelo Estado toma para si a responsabilidade de efetuar esse papel, desconsiderando as dimensões da luta presente.

Porém, não se pode negar que o Estado tem um papel fundamental na geração de instrumentos de apoio às iniciativas populares e trabalhadoras, como referimos antes. É nesse sentido que vemos, nas ações do “Governo da floresta” em relação aos movimentos de organizações coletivas, também alguns méritos, porém há pontos que devem ser repensados. Numa situação como essa, perguntamos a um ex-dirigente dessas organizações e militante do governo petista, a respeito do trabalho de fomentação do associativismo e cooperativismo e este explicou:

O processo de surgimento de uma cooperativa não pode ser porque alguém vem chegando de fora e cria para a comunidade [...]. Portanto, este processo de criar, de apoiar totalmente é equivocado e tem que ser revisto. [...]. Por isso tudo, tem que ser revista a forma de apoiar a criação de novos grupos, mas também as bases do associativismo e cooperativismo devem ser discutidas, redesenhadas no modo trabalhar ela.

Então, vemos que, ao desvincular a formação cooperativista do contexto dos movimentos e embates sociais que as promovem, seria como “cortar a raiz de uma planta quando a semente começa a germinar”. Essa auto-sustentabilidade só é gerada no contexto da luta, que é seu solo, seu território de fertilidade e de construção. A autenticidade do processo é construída quando as pessoas participam das comunidades e, nesse processo de interação, constroem alternativas. Então, falam uma mesma língua e definem inclusive o papel dos

parceiros e apoiadores na orientação, na educação das pessoas para convivência, para a cumplicidade social e até para a solidariedade.

Portanto, rompendo com o tempo imposto pelos órgãos políticos estaduais e compreendendo o tempo social dos movimentos, ainda há possibilidade para rever e repensar os possíveis exageros impostos. A formação e atuação dos STRs, as experiências vividas nas CEBs e o trabalho da CPT são parâmetros de interatividades possíveis que devem ser consideradas. Tais aspectos permitiriam uma leitura dos papéis das organizações pela sociedade para além de suas dimensões de operacionalidade comercial, como foram bastante frisadas anteriormente.

Podemos dizer que as impressões territoriais das quais estamos tratando refletiram o significado dessas organizações, assim como das políticas governamentais e das linhas de fomentos obtidos, sobre os lugares, em suas múltiplas dimensões. As organizações coletivas, por um lado, colocam-se como parte dos impactos causados por uma nova perspectiva para a produção camponesa local; por outro, buscam também ressonâncias para outra opção de desenvolvimento na reconstrução de seus projetos sociais e na conquista de novos espaços. Nisso se encontra o projeto de “desenvolvimento sustentável” do “Governo da floresta”. Rompe os limites tradicionais de seus espaços de vivência e cruza com instâncias de formalização de práticas sociais e políticas mais amplas na sociedade. Então, colocam-se sob marcas de sua autonomia, mas também de possíveis sujeições, seja ao mercado, seja à setores sociais hegemônicos ou, ainda, às direções políticas implementadas pelo Estado.

Então, é à luz desta realidade que acreditamos ser possível viabilizar o agrário regional amazônico-acreano, como expressão mais ampla da apreensão da “questão do desenvolvimento” no conjunto da questão agrária nacional e sobretudo amazônica.

U'